

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DJEAN LUCAS FERRARI

***SPREAD* BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA APRESENTAÇÃO COMPARADA DE
SUA ESTRUTURA NO PERÍODO 1999-2013**

Porto Alegre

2015

DJEAN LUCAS FERRARI

***SPREAD* BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA APRESENTAÇÃO COMPARADA DE
SUA ESTRUTURA NO PERÍODO 1999-2013**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Ernani Martins Lima

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Ferrari, Djean Lucas
SPREAD BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA APRESENTAÇÃO
COMPARADA DE SUA ESTRUTURA NO PERÍODO 1999-2013 /
Djean Lucas Ferrari. -- 2015.
74 f.

Orientador: Antônio Ernani Martins Lima.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Custo do crédito. 2. Intermediação financeira.
3. Spread bancário. I. Ernani Martins Lima, Antônio,
orient. II. Título.

DJEAN LUCAS FERRARI

**SPREAD BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA APRESENTAÇÃO COMPARADA DE
SUA ESTRUTURA NO PERÍODO 1999-2013**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2015.

Prof. Dr. Antônio Ernani Martins Lima
UFRGS

Prof. Dr. Eugênio Lagemann
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral descrever a estrutura do *spread* bancário brasileiro, através da apresentação do estudo Projeto Juros e *Spread* Bancário elaborado pelo Banco Central do Brasil (BCB) e do Estudo Apuração do *Spread* da Indústria Bancária da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIIPECAFI). O estudo do Banco Central aponta que historicamente os principais fatores na composição do *spread* foram a inadimplência, os custos administrativos e a margem líquida. Apesar das diferenças metodológicas em relação ao estudo do BCB, o estudo elaborado pela FIIPECAFI também aponta os mesmos fatores na decomposição do *spread*. No entanto, a evolução do *spread* pelo estudo do Banco Central indica queda dos custos administrativos e aumento dos impostos diretos, mantendo altos níveis de inadimplência e margem líquida. Na análise da FIIPECAFI houve aumento das despesas operacionais e queda dos devedores duvidosos. Serão apresentadas também as medidas propostas e implementadas para a redução da taxa de juros e do nível de *spread* bancário presentes no estudo do BCB.

Palavras-chave: Custo do crédito. Intermediação financeira. *Spread* bancário.

ABSTRACT

The present work has, as general objective, the description of the structure of the bank spread in Brazil. The analysis reviewed the study called Project on Interests and Bank Spread (Projeto Juros e Spread Bancário) elaborated by the Central Bank of Brazil (BCB), and, in addition, the Spread Calculation Study from the Banking Industry of Accounting, Actuarial, and Financing Research Institute Foundation (Estudo Apuração do Spread da Indústria Bancária da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI). The Central Bank study pointed out that historically the main determinants of the spread were the default, the administrative costs, and the net margin. Despite the methodological differences in relation to the study of the BCB, the study prepared by FIPECAFI also points out the same factors in the constitution of the spread. However, the evolution of the spread by the Central Bank study indicates a reduction in administrative costs and direct taxes increase, while maintaining high levels of defaults and net margin. In the analysis of FIPECAFI, there was an increase in operating expenses and a decrease of doubtful defaulters. In addition, this study will review the measures proposed and implemented for the reduction of the interest rate and the level of bank interest spread present in study of BCB.

Keywords: Cost of Credit. Financial Intermediation. Bank spread.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fluxo da intermediação financeira.....	15
Gráfico 2 - Composição do <i>spread</i> geral - 1999.....	23
Gráfico 3 - Evolução do <i>spread</i> bancário (% a.m.) até ago/2001	29
Gráfico 4 - Evolução do <i>spread</i> bancário (% a.m.) até ago/2002.....	30
Gráfico 5 - Evolução do <i>spread</i> bancário (% a.m.) até ago/2003.....	31
Gráfico 6 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres e recursos direcionados – Total (% a.a.) – mar/11 a set/15.....	63
Gráfico 7 - Inadimplência acima de 90 dias de recursos livres Brasil (% a.m.) – jun/00 a set/15	65
Gráfico 8 - Saldo da carteira de crédito total no Brasil – em R\$ milhões – out/99 a set/15	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura básica do <i>spread</i> bancário.....	54
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Custo dos empréstimos e composição do <i>spread</i> em médias trimestrais maio/julho 1999	22
Tabela 2- Custo dos empréstimos e composição do <i>spread</i> – período de abr/99 até ago/00	27
Tabela 3 - Decomposição do <i>spread</i> bancário – 2000 a 2003	32
Tabela 4 - Comparativo entre a proporção do <i>spread</i> – dez/2003	34
Tabela 5 - Decomposição do <i>spread</i> – 2001, 2003 e 2004	36
Tabela 6 - Decomposição do <i>spread</i> em proporção (%) – 2001 a 2006	37
Tabela 7 - Decomposição do <i>spread</i> em pontos percentuais (p.p.) – 2001 a 2007 ..	38
Tabela 8 - Decomposição do <i>spread</i> em pontos percentuais (p.p.) – 2001 a 2008 ..	39
Tabela 9 - Decomposição do <i>spread</i> em pontos percentuais (p.p.) – 2002 a 2009 ..	40
Tabela 10 - Decomposição do <i>spread</i> prefixado total (p.p.) – 2004 a 2010	41
Tabela 11 - Decomposição do <i>spread</i> prefixado bancos públicos (p.p.) – 2004 a 2010	42
Tabela 12 - Decomposição do <i>spread</i> prefixado bancos privados (p.p.) – 2004 a 2010	43
Tabela 13 - Decomposição do <i>spread</i> prefixado maiores bancos (p.p.) – 2004 a 2010	44
Tabela 14 - Decomposição do <i>spread</i> TPB em pontos percentuais (p.p.)	45
Tabela 15 - Resultados do <i>spread</i> bancário – 2003 – R\$ mil.....	55
Tabela 16 - Resultados do <i>spread</i> bancário – primeiro semestre de 2005 – em R\$ milhões.....	59
Tabela 17- Comparação entre os componentes do <i>spread</i> de BCB e FIPECAFI (%) – 2003 a 2005	64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC	Adiantamento sobre Contrato de Câmbio
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FINAME	Financiamento de Máquinas e Equipamento
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
IF	Instituição Financeira
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IR	Imposto de Renda
PDD	Provisão para Devedores Duvidosos
PIB	Produto Interno Bruto
PJSB	Projeto Juros e <i>Spread</i> Bancário
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E <i>SPREAD</i> BANCÁRIO.....	13
2.1	Agentes Econômicos	13
2.2	A atividade de intermediação financeira	14
2.3	Conceito de <i>spread</i> bancário	18
3	PROJETO JUROS E <i>SPREAD</i> BANCÁRIO - <i>SPREAD</i> NA VISÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.....	21
3.1	O ano pioneiro do estudo - 1999	21
3.2	Evolução do <i>spread</i> até 2013	26
3.3	Medidas propostas para redução do <i>spread</i>	46
4	<i>SPREAD</i> NA VISÃO FIECAFI	52
4.1	Estudo Sobre a Estrutura da Taxa de Juros no Brasil – Apuração do <i>Spread</i> na Indústria Bancária – 2004	52
4.2	Apuração do <i>spread</i> da indústria bancária – 2006.....	57
5	ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESTUDOS SELECIONADOS.....	60
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Um dos fatores que contribuem para o crescimento e o desenvolvimento econômico de uma nação é a sua disponibilidade de crédito. O acesso ao crédito permite que as famílias tenham antecipadamente os bens de que necessitam e consigam adquirir bens de valor elevado. Para as empresas, o crédito é importante na antecipação da poupança futura, possibilitando a realização de investimentos e o gerenciamento do capital de giro.

Embora nos últimos anos tenha havido uma forte expansão do crédito no Brasil, a disponibilidade ainda é considerada baixa, se comparada aos níveis internacionais. O percentual de crédito total em relação ao PIB na economia brasileira até maio de 2015 foi de 54,6%, de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB). Para países como Chile e Alemanha, esse número foi de 88% e 100%, respectivamente, de acordo com o Banco Central de cada país.

Um dos principais fatores que colaboram para que o nível de crédito no Brasil esteja baixo, é o elevado *spread* bancário. Conforme Carvalho e Abramovay (2004), existe uma relação inversa entre o valor do *spread* e o volume de crédito na economia brasileira, mostrando que quando os bancos substituem volume por preço, isso restringe a oferta de crédito.

O *spread* bancário é usualmente conceituado como sendo a diferença da taxa média de aplicação das instituições financeiras e a taxa média de captação de recursos, por parte dessas instituições. No Brasil, o estudo desse indicador ganhou relevância a partir do ano de 1999, quando o Banco Central do Brasil (BCB) realizou um trabalho procurando identificar e explicar os componentes do *spread* bancário. Desde então, publica anualmente a evolução do indicador e acompanha medidas para a redução do mesmo.

Além do BCB, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) também realizou um estudo para identificar os componentes do *spread* bancário brasileiro, a partir de uma decomposição contábil de uma amostra de bancos. Esse estudo foi realizado para a Federação Brasileira de

Bancos (FEBRABAN) e mostrou uma visão das instituições financeiras sobre o assunto.

Em paralelo a esses dois trabalhos, inúmeros autores buscaram explicar o *spread* através dos seus determinantes econômicos, concentrando-se especialmente nas variáveis macroeconômicas.

Entretanto, conforme Dick (1999)¹ citado por Leal (2006), a mensuração do *spread* mais simples é através de modelos de decomposição contábil, o qual evidencia os componentes que formam a estrutura do indicador. Desse modo, os trabalhos do BCB e da FIPECAFI demonstram os componentes que os bancos destinam ao *spread* bancário.

Este trabalho tem como objetivo geral descrever a estrutura do *spread* bancário brasileiro, através da apresentação dos principais estudos realizados no Brasil, para assim investigar quais seriam as principais causas ou determinantes do nível elevado do indicador. Os estudos selecionados para tal fim são o Projeto Juros e *Spread* Bancário do BCB e o Estudo Sobre a Estrutura da Taxa de Juros no Brasil – Apuração do *Spread* da Indústria Bancária da FIPECAFI.

O primeiro objetivo específico, portanto, será mostrar o comportamento da evolução do *spread* bancário nos últimos anos e as alterações de metodologia realizadas no estudo do BCB.

O segundo objetivo específico consistirá em mostrar as medidas propostas para a redução dos juros e do *spread* bancário contidos no estudo do BCB. Algumas dessas medidas buscavam amenizar os problemas advindos da atividade de intermediação financeira, que é onde o *spread* tem origem.

O terceiro objetivo específico será mostrar a estrutura do *spread* através da decomposição contábil realizada pela FIPECAFI e a visão que a instituição tem a respeito da mensuração do indicador.

O quarto objetivo específico será comparar os estudos de BCB e FIPECAFI para mostrar suas diferenças metodológicas e seus resultados.

¹ Dick, A. **Banking Spreads in Central America: Evolution, Structure and behavior**. 1999. HIID Development Discussion Papers (Cambridge: Harvard Institute for International Development).

A apresentação do estudo do BCB será realizada baseada nos relatórios de economia bancária e crédito, no período de 1999 até 2013, ano da última publicação até a data desta monografia. Já para a FIPECAFI, serão apresentados os trabalhos publicados em 2004 e em 2006.

O trabalho será estruturado em seis capítulos, iniciando com este, de caráter introdutório para explicar o tema do trabalho, seus objetivos e a metodologia.

O segundo capítulo consistirá em realizar uma revisão bibliográfica sobre a teoria da intermediação financeira e sobre o conceito de *spread* bancário. No terceiro capítulo será apresentado o projeto Juros e *Spread* Bancário do BCB, mostrando a evolução da composição do *spread* bancário e as medidas propostas para a redução do indicador. No quarto capítulo será apresentado o trabalho da FIPECAFI. Já no quinto capítulo será realizada uma análise comparativa entre os dois estudos. Por fim, o sexto capítulo será usado para as considerações finais, mostrando os principais componentes da estrutura do *spread* bancário em cada um dos estudos.

2 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E *SPREAD* BANCÁRIO

Este capítulo explanará a respeito de uma revisão da literatura sobre a teoria da intermediação financeira. Isso se torna importante devido ao fato de ser através da intermediação financeira que as instituições aplicam e captam recursos, formando assim o *spread* bancário. Ainda conforme Brock e Rojas-Suarez (2000)² citados por Leal (2006), o *spread* bancário pode ser visto como uma medida do custo de intermediação financeira, utilizada internacionalmente como indicador de sua eficiência. Além disso, apresentar-se-á a conceituação de *spread* bancário e fatores que devem ser levados em consideração para a apuração do indicador.

2.1 Agentes Econômicos

A atividade de intermediação financeira ocorre da interação dos agentes econômicos, que buscam suprir suas necessidades financeiras. Esses agentes devem estar dispostos a aplicar ou financiar seus recursos, dentro do mercado financeiro, para que assim ocorra o processo de intermediação. Conforme Silva (2000), eles são representados pelas famílias, pelas empresas, pelo governo e por outras entidades, tais como as religiosas e as esportivas.

Para Carvalho et al. (2007), existem fundamentalmente dois tipos de agentes interagindo no mercado financeiro, sendo chamadas de unidades superavitárias e de unidades deficitárias. Segundo o mesmo autor, esses agentes são caracterizados da seguinte forma:

- a) **unidades superavitárias:** são formadas pelos agentes que possuem um plano de dispêndio corrente inferior à sua renda esperada para o período, gerando assim um excedente sobre seus gastos. Isso posto, existe uma acumulação de recursos, uma vez que a satisfação pela aquisição de bens esteja satisfeita. Assim, resta ao agente a opção de adquirir ativos financeiros, formando uma poupança financeira; e

² Brock, P. L.; Rojas-Suarez, L.. **Understanding the behavior of bank spreads in Latin America.** 2000. *Journal of Development Economics*, n.63, p.113-134.

- b) **unidades deficitárias:** são os agentes que abrem mão de sua renda futura, para gastar correntemente mais do que sua renda atual. Os gastos excedentes desses agentes devem ser financiados, para que o dispêndio atual seja satisfeito. Assim sendo, esses agentes são demandantes de poupança financeira.

Considerando ainda que as unidades superavitárias são ofertadoras de fundos, Silva (2000) explica que esses agentes ao buscarem formas para a aplicação de seus recursos, buscam, também, o melhor rendimento possível e ao mesmo tempo querem minimizar o risco de sua decisão, ou seja, enfrentam assim uma situação de risco e retorno. Já as unidades deficitárias, seriam demandadoras de fundos, onde o seu financiamento leva em consideração o custo dos fundos e o risco de falência que um alto grau de alavancagem financeira representa.

Adicionalmente, podem existir agentes em que não seja observada a situação de superávit ou déficit de recursos, não gerando necessidade de aplicação ou financiamento em ativos financeiros. Pereira (2000) explica que para esses agentes econômicos em que a renda é igual ao dispêndio, pode acontecer de não haver poupança ou de o investimento ocorrer internamente, com recursos próprios.

2.2 A atividade de intermediação financeira

A atividade de intermediação financeira consiste em realizar o encontro dos recursos excedentes das unidades superavitárias, com a necessidade de financiamento das unidades deficitárias.

Pinheiro (2009, p. 23) define intermediação financeira como:

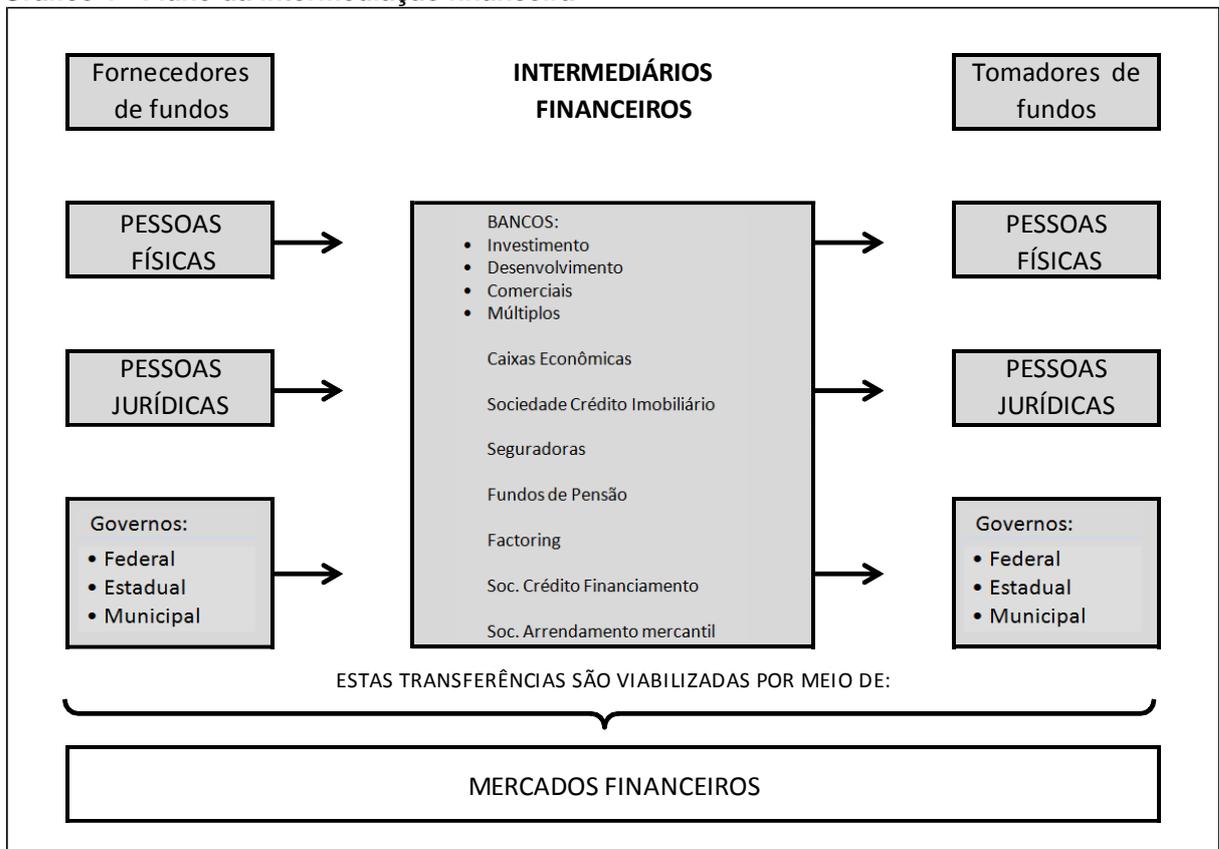
[...] uma atividade que tem a finalidade de viabilizar o atendimento das necessidades financeiras de curto, médio e longo prazos, manifestadas pelos agentes econômicos carentes de recursos, aplicando ao mesmo tempo o excedente monetário dos agentes superavitários, com mínimo de riscos.

Dessa forma, a intermediação permite uma realização intertemporal dos desejos dos agentes, uma vez que permite o gasto imediato da unidade deficitária em contrapartida de um rendimento futuro recebido pela unidade superavitária.

Esse encontro dos recursos entre os agentes econômicos se dará através da atuação de um intermediador financeiro, que é uma instituição que atuará tomando recursos das unidades superavitárias e os emprestará para as unidades deficitárias. Conforme Mishkin (2000), esse é um processo de financiamento indireto dos agentes, sendo o principal caminho para movimentar fundos de emprestadores para tomadores.

O fluxo desse processo é apresentado da seguinte forma:

Gráfico 1 - Fluxo da intermediação financeira



Fonte: Pinheiro (2009).

Conforme o fluxo da intermediação financeira, os fornecedores de fundos (unidades superavitárias) transferem recursos aos tomadores de fundos (unidades deficitárias) através da atuação dos intermediários financeiros. Como exemplos de intermediários financeiros, pode-se observar que estão listadas inúmeras instituições financeiras. No entanto, nos próximos capítulos que irão apresentar os estudos do BCB e da FIPECAFI, os bancos aparecem como principais instituições na formação do *spread* bancário.

É importante observar que algumas condições foram necessárias para que houvesse o desenvolvimento da intermediação financeira ao longo dos anos. A atividade hoje não seria possível se estivéssemos em uma economia primitiva e que não utilizasse um meio de troca como a moeda. Desse modo, Gurley-Shaw (1960) citados por Lopes e Rossetti (2005), destacaram pré-condições para que acontecesse o processo de intermediação. São elas:

- a) superação do estágio primitivo do escambo;
- b) criação de bases institucionais para o funcionamento do mercado de intermediação financeira; e
- c) existência de agentes econômicos superavitários e deficitários.

Dessas três pré-condições citadas, Lopes e Rossetti (2005) destacam como de suma importância a existência dos agentes. Segundo aqueles autores, só há razão para a atuação dos intermediários, se houver agentes econômicos dispostos a fornecer e tomar recursos no mercado, transformando ativos monetários em ativos financeiros não monetários.

Entretanto, se existem agentes econômicos dispostos à interação financeira, o que levaria à existência dos intermediários financeiros, uma vez que o financiamento poderia ocorrer de forma direta? Conforme Pinheiro (2009), a intermediação financeira se justifica pela existência de imperfeições de mercado, onde o custo do financiamento direto seria superior ao custo de intermediação. Essencialmente, essas imperfeições configuram os custos de transação e a informação assimétrica presentes no mercado financeiro.

Segundo Hillbrecht (1999), os intermediários financeiros se aproveitam dos ganhos de economia de escala e do desenvolvimento de expertise do negócio para diminuir os custos de transação. Já a informação assimétrica ocorre quando uma parte de uma transação não tem toda a informação referente à outra parte. Mishkin (2000) coloca duas formas de informação assimétrica:

- a) **seleção adversa:** ocorre antes da realização da transação pelas partes. Refere-se à falta de informação sobre tomadores em potenciais, que podem gerar resultados indesejados com o não cumprimento das obrigações de um

contrato. Como são os que mais ativamente buscam por crédito, são mais propensos a serem selecionados; e

- b) **risco moral:** ocorre depois da realização da transação pelas partes. Refere-se ao risco que o tomador possa realizar atividades indesejáveis com os recursos obtidos, diminuindo assim a probabilidade de honrar o contrato.

Por conseguinte, Hillbrecht (1999) explica que a presença dos intermediários financeiros ajuda a minimizar os riscos da informação assimétrica, uma vez que eles atuam na produção de informação sobre riscos de negócios, selecionando melhor seus tomadores.

Paralelamente às questões de informação assimétrica, os intermediários financeiros geram ganhos para a economia ao viabilizar as operações entre os agentes. Pinheiro (2009) explica que os intermediários trabalham com operações que envolvem diferentes magnitudes e prazos, conciliando assim o casamento entre a necessidade de recursos e a disponibilidade para aplicação dos mesmos.

Para a economia como um todo, Lopes e Rossetti (2005) consideram ainda que a intermediação eleva os níveis de formação de capital, ao gerar um incentivo à poupança, uma vez que qualquer excedente monetário poderá ser transformado em ativo financeiro. A atividade de intermediação gera uma alocação ótima dos recursos, pois canaliza os recursos poupados para atividades que geram retornos sociais elevados.

Por fim, uma última consideração a respeito da atividade de intermediação pode ser feita, no que se refere à sua evolução. Lopes e Rossetti (2005) falam que seu desenvolvimento está vinculado a três fatores:

- a) **com o desenvolvimento econômico:** há um paralelismo entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento da intermediação financeira, uma vez que a estrutura de intermediação deve atender as exigências do crescimento econômico. O desenvolvimento econômico acaba viabilizando a preferência dos agentes por tornar seus excedentes monetários em ativos financeiros.

- b) **nível e grau de estabilidade da taxa de inflação:** A ideia é de que com taxas de inflação elevadas e crescentes, a preferência dos agentes seja por ativos reais, não consumindo assim ativos financeiros.
- c) **estágio da estrutura econômica do país:** esse fator indica que a atividade de intermediação será desenvolvida de acordo com os setores produtivos desenvolvidos no país. Dessa forma, uma economia com predominância de atividade agrícola irá utilizar instrumentos financeiros mais simples do que uma economia com predominância do setor de serviços, por exemplo.

2.3 Conceito de *spread* bancário

Uma definição para *spread* bancário é a de que ele é a diferença da taxa média de aplicação das instituições financeiras e a taxa média de captação de recursos, por parte dessas instituições. Brock e Rojas-Suarez (2000)³ citados por Leal (2006) utilizam uma definição mais abrangente, dizendo que o *spread* bancário é a diferença entre os valores que o banco cobra dos tomadores de empréstimos e a remuneração que o banco concede aos depositantes. Consequentemente, há a possibilidade de realizar uma análise mais ampla do indicador, realizando diversas formas de mensuração e levando em conta diferentes critérios.

Para realizar a mensuração do *spread* bancário, Leal (2006) aponta três características:

- a) **abrangência da amostra:** essa característica está ligada com as instituições financeiras e os tipos de operações a serem consideradas no cálculo. Existem diferentes tipos e tamanhos de instituições e isso pode distorcer os resultados obtidos. Um banco privado tende a ser diferente de um banco público, os quais, por sua vez, são diferentes de uma cooperativa de crédito e uma financeira, por exemplo. Nas modalidades de crédito, há uma diferença entre operações com recursos livres e operações com recursos repassados, onde esses possuem uma taxa

³ Brock, P. L.; Rojas-Suarez, L.. **Understanding the behavior of bank spreads in Latin America.** 2000. *Journal of Development Economics*, n.63, p.113-134.

subsidiada. Ainda deve ser levado em consideração o peso das modalidades selecionadas no momento da agregação dos valores, pois uma variação no volume de empréstimos de determinada modalidade pode contribuir para o resultado final;

- b) **conteúdo:** uma instituição financeira cobra de seus tomadores uma taxa e remunera seus depositantes com outra, portanto o conteúdo dessas taxas deve ser considerado para o levantamento do *spread* bancário. Nesse sentido, o ponto de atenção é se serão incluídos valores de comissões e tarifas, bem como valores de outras receitas e serviços, que poderiam elevar o custo de intermediação;
- c) **origem da informação:** o *spread* bancário pode ser apurado de duas formas: *spread ex-ante*, de acordo com as taxas estabelecidas para a intermediação e *spread ex-post*, que é mensurado pelo resultado contábil da instituição.

Essa última característica é de suma importância para o cálculo do *spread*, uma vez que a expectativa em torno da decisão de precificação das instituições pode não acontecer de acordo com o esperado. Isso por sua vez, faz com que possam ocorrer divergências na apuração do indicador.

Dessa forma, Leal (2006) detalha as duas origens da informação:

- a) o *spread* bancário *ex-ante* é calculado anterior a seu resultado, a partir das taxas estabelecidas pelas instituições, refletindo assim suas expectativas. Por refletir as expectativas, é esperado que o *spread ex-ante* seja mais sensível às oscilações da economia, uma vez que as instituições tendem a proteger seus ativos em um ambiente com mais risco. Usualmente com essa medida, o conteúdo do *spread* é simplificado, pois se torna difícil a previsão de valores para taxas e tarifas das operações. O BCB utiliza esse tipo de informação para a apuração do *spread* bancário no Brasil;
- b) já o *spread ex-post* é calculado a partir das receitas efetivamente auferidas pelas instituições, ponderadas pelo custo de captação de seus recursos. Não existem expectativas, uma vez que os dados já foram realizados e são retirados de informações contábeis. O problema dessa metodologia é saber quais receitas e despesas que deverão entrar no cálculo, pois essa

decisão poderá distorcer bastante a eficiência da intermediação financeira. Essa foi a metodologia adotada pela FIPECAFI.

Portanto essas formas de mensuração e características podem levar a resultados do *spread* bancário diferentes. Nos capítulos três e quatro, onde serão apresentados os estudos do BCB e da FIPECAFI, serão expostas as abordagens específicas para o cálculo do indicador, podendo ocorrer tal divergência.

3 PROJETO JUROS E *SPREAD* BANCÁRIO - *SPREAD* NA VISÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Em 1999, o Banco Central do Brasil iniciou um projeto chamado Juros e *Spread* Bancário, que tinha por objetivo identificar e explicar os componentes do *spread* bancário brasileiro. Nesse mesmo estudo, foram propostas medidas para a redução do *spread* e da taxa de juros ao tomador, bem como foi apurada a composição do indicador, evidenciando quais são os fatores mais relevantes na sua estrutura.

Desde então, o BCB publica anualmente um relatório contendo a evolução do *spread* bancário e um panorama sobre o mercado de crédito, junto com estudos selecionados sobre o tema. Eventualmente houve relatórios também que mostraram o acompanhamento das medidas propostas e alterações na metodologia do cálculo utilizado.

Este capítulo será dedicado a descrever o PJSB desde sua primeira publicação em 1999, até 2013, que é o último relatório disponível até a data desta monografia.

3.1 O ano pioneiro do estudo - 1999

No final dos anos 1990, as condições macroeconômicas atingidas no Brasil asseguraram a estabilidade de preços, criando assim uma expectativa para a redução das elevadas taxas de juros. Entretanto, além das elevadas taxas de juros, o Brasil possuía também um elevado nível de *spread* bancário e foi esse aspecto que o Banco Central se propôs a estudar nesse projeto.

Neste primeiro estudo, o BCB realizou a apuração do *spread* bancário ex-ante, a partir da média das taxas de aplicação e captação de uma amostra de 17 bancos privados⁴, entre o período de julho de 1994 a julho de 1999. A taxa de captação foi calculada a partir da taxa média dos certificados de depósitos bancário

⁴ Estão inclusos nessa amostra os seguintes bancos: Itaú, Bradesco, Real, Safra, BCN, Sudameris, BBA, ABN-AMRO, Mercantil Finasa, CCF-Brasil, Citibank, Bozano Simonsen, Bank Boston, Unibanco, HSBC e Santander.

(CDB's) emitidos pelo sistema bancário e a taxa de aplicação foi calculada a partir de uma média ponderada da taxa das operações do sistema bancário, levando em consideração o custo e o volume por segmento.

As modalidades de créditos consideradas no estudo, por tipo de tomador foram:

- a) **pessoa jurídica:** operações de *hot money*, conta garantida, desconto de duplicatas, desconto de promissórias, capital de giro, aquisição de bens e *vendor*, e
- b) **pessoa física:** operações de cheque especial, crédito pessoal e aquisição de bens⁵.

Para identificar e explicar os componentes do *spread*, primeiramente o BCB identificou a cunha fiscal⁶ que decorria da atividade de intermediação financeira e após realizou um trabalho para estimar a inadimplência e as despesas administrativas. Os resultados obtidos seguem na tabela e no gráfico abaixo:

Tabela 1 - Custo dos empréstimos e composição do *spread* em médias trimestrais maio/julho 1999

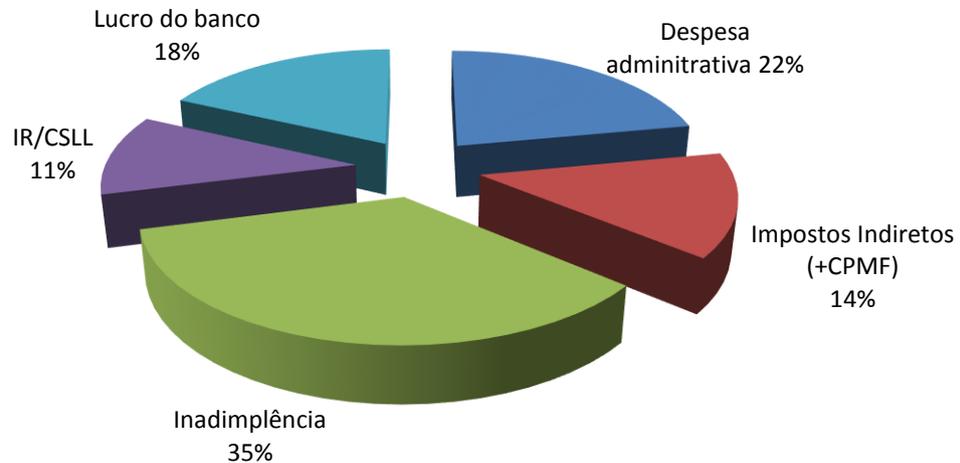
Discriminação	Geral	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Custo ao tomador (% a.m.)	5,17%	6,75%	4,31%
Taxa de captação CDB (% a.m.)	1,60%	1,60%	1,60%
<i>Spread</i> (% a.m.)	3,58%	5,15%	2,72%
- Despesa administrativa	0,79%	1,48%	0,52%
- Impostos Indiretos (+CPMF)	0,50%	0,82%	0,35%
- Inadimplência	1,25%	1,42%	1,09%
- IR/CSLL	0,39%	0,53%	0,28%
- Lucro do banco	0,66%	0,90%	0,48%
<i>Spread</i> (%)	100%	100%	100%
- Despesa administrativa	22%	29%	19%
- Impostos Indiretos (+CPMF)	14%	16%	13%
- Inadimplência	35%	28%	40%
- IR/CSLL	11%	10%	10%
- Lucro do banco	18%	17%	18%

Fonte: BCB (1999).

⁵ Aquisição de bens inclui CDC e automóveis.

⁶ Conforme BCB (1999) cunha fiscal se refere aos impostos, taxas e recolhimentos compulsórios que oneram a intermediação financeira.

Gráfico 2 - Composição do *spread* geral - 1999



Fonte: BCB (1999).

O resultado do estudo apontou um nível de *spread* bancário geral na ordem 3,58% a.m., sendo esse valor superior nas operações de tomadores do tipo pessoa física, onde foi calculado um *spread* médio de 5,15% a.m. frente aos 2,72% a.m. das pessoas jurídicas.

Quanto à estrutura do *spread*, o componente que mais se destaca é a inadimplência, representando 35%. O BCB (1999) aponta também importância para os componentes que são ligados ao *mark-up* dos bancos: despesas administrativas 22%, IR/CSLL 11% e lucro do banco 18%. Os 14% restantes da estrutura do *spread*, referem-se aos impostos indiretos, incluindo a CPMF.

O diagnóstico que o BCB (1999) faz desse estudo é de que o *spread* bancário é explicado essencialmente pela inadimplência e pelo reduzido nível de alavancagem de empréstimos, onde esse acaba limitando a diluição dos custos administrativos e de capital.

Para a inadimplência, BCB (1999, p. 12) explica que:

[...] em função das elevadas inadimplências ocorridas, as instituições financeiras têm fundamentado receio de aumentar suas carteiras de empréstimos. Uma alavancagem baixa de crédito é uma forma legítima dos bancos protegerem-se numa conjuntura incerta. O aumento inesperado da inadimplência não afeta um banco que empresta relativamente pouco, mas

tem efeito deletério num banco muito alavancado. Sem que haja um ambiente macroeconômico favorável e previsível, que garanta o recebimento dos créditos concedidos, dificilmente os bancos aumentarão substancialmente seus empréstimos.

Ambas as situações refletem as condições macroeconômicas da economia brasileira. Aliadas a isso, o BCB (1999) coloca ainda fatores culturais e uma visão equivocada do setor bancário por parte da sociedade, que acabam gerando problemas de assimetria de informação e refletem na estrutura do *spread* bancário.

A metodologia utilizada no estudo, para chegar a esses resultados também é um ponto importante. O BCB aponta que devido a não existir uma base de dados organizada sobre os determinantes do *spread* na época, foi necessária a estimação em duas etapas.

A primeira etapa do trabalho buscou identificar todos os impostos, taxas e recolhimentos compulsórios que decorriam da atividade de intermediação financeira. Conforme BCB (1999) a identificação dos tributos e o impacto econômico da cunha fiscal pós-plano real, foi realizada tomando como base o trabalho de “A Cunha Fiscal sobre intermediação financeira”, desenvolvido por Renato Fragelli Cardoso e Sérgio Miko Koyama. Em suma, foram apurados os impostos de duas formas:

- a) **impostos indiretos:** impostos como o IOF são variáveis e dependem do prazo e do valor da operação de crédito. Portanto, o impacto desse imposto foi calculado com base nos juros acumulados e no prazo médio das operações; e
- b) **impostos diretos:** para esses impostos, a mensuração é realizada levando em consideração suas alíquotas e depende da estimação da inadimplência e dos custos administrativos.

A segunda etapa do trabalho foi mensurar, a partir dos balancetes contábeis dos bancos selecionados, os valores de inadimplência e despesas administrativas. BCB (1999) explica que houve uma dificuldade para padronizar as informações desses balancetes e para selecionar a amostra dos bancos que seriam representativos para o estudo.

Para mensurar a inadimplência, o BCB (1999) utilizou os registros da conta de PDD (Provisões para devedores duvidosos) apuradas pelos bancos. Esse valor de

PDD foi ponderado pelo prazo médio das operações dos bancos, uma vez que não havia a informação do tempo em que os créditos ficariam contabilizados na conta.

Além disso, foram utilizadas diferentes fontes de informação conforme o tipo de tomador. Para as pessoas físicas, estimaram a inadimplência através de uma amostra de financeiras, onde o valor seria mais próximo devido à especialização dessas empresas em crédito para o consumidor. Já para as pessoas jurídicas foi utilizada uma amostra menor, selecionando assim sete bancos privados⁷ que atuam com foco no segmento de grandes empresas.

As despesas administrativas também foram consideradas difíceis de mensurar por parte do BCB (1999), devido à dispersão dos valores dos empréstimos. É um custo que tende a se manter relativamente fixo e conforme aumenta a alavancagem financeira é esperado que haja uma redução relativa em comparação aos outros custos.

Assim, a solução encontrada foi realizar uma mensuração aproximada, onde consideraram os custos administrativos atribuídos às unidades de negócios de captações e aplicações tradicionais⁸. Num segundo momento o percentual de custo administrativo foi aplicado no total de operações dos bancos, achando assim o custo médio administrativo. Segundo BCB (1999) esse é um cálculo que tem a hipótese de que os bancos tendem a alocar seus recursos administrativos proporcionalmente à renda gerada em suas unidades de negócios.

A metodologia adotada pelo BCB foi criticada por Costa (2004) em aspectos relativos às informações utilizadas para a realização das estimações. Segundo a autora, o estudo desenvolvido tem mérito por iniciar uma discussão sobre o *spread* bancário no Brasil de forma sistematizada, entretanto, apresenta limitações devido à falta de detalhamento das informações contábeis utilizadas, comprometendo a acurácia dos resultados.

O primeiro ponto que Costa (2004) critica é referente ao cálculo da inadimplência utilizado e a amostra utilizada pelo BCB. A amostra utilizada não

⁷ Banco ABN-AMRO, Credibanco, Citibank (N.A. e S.A.), BBA, BankBoston, Bozano Simonsen e CCF.

⁸ Conforme BCB (1999) a participação relativa desse segmento foi calculada a partir da classificação dos resultados brutos operacionais dos bancos, realizados a partir de demonstrativos semestrais e sem considerar resultados discrepantes.

permite verificar uma real situação da inadimplência, uma vez que as financeiras possuem taxas diferenciadas, podendo divergir da inadimplência do setor bancário. Para as pessoas jurídicas, a autora sugere que a amostra dos 7 bancos com foco em grandes empresas, engloba bancos com custos diferenciados e taxas de juros menores, pois financiam empresas com um grau de risco de crédito menor.

Ainda quanto à inadimplência, a conta de PDD utilizada na visão da autora não é uma boa estimativa, uma vez que tem um viés fiscal e, portanto, não reflete a qualidade do crédito.

Costa (2004) também critica o cálculo das despesas administrativas que é feito através da utilização da conta de “captações e aplicações tradicionais”. Nessa conta, existem outras operações além das que foram utilizadas na estimativa, podendo assim distorcer os resultados. Ademais, os bancos menores, que normalmente apresentam custos mais elevados, não estão sendo considerados na amostra.

Já quanto à cunha fiscal, Costa (2004) indica que justamente por essa ser estimada com base na inadimplência e nas despesas administrativas, está sujeita também a distorções em seus resultados.

Nos relatórios que sucederam o trabalho de 1999, o BCB realizou algumas mudanças metodológicas. A próxima seção trará a revisão dos estudos até o ano de 2013. Também tendo em vista o diagnóstico deste trabalho inicial, foram propostas medidas para a redução do *spread* bancário e da taxa de juros. Essas medidas serão descritas na última seção deste capítulo.

3.2 Evolução do *spread* até 2013

O segundo trabalho publicado pelo BCB, avaliando o primeiro ano do PJSB, teve um resultado bastante satisfatório na visão da instituição, uma vez que o *spread* bancário apresentou uma redução se comparado a 1999. Conforme BCB (2000) houve também uma redução nas taxas de aplicação e em todos os componentes observados do *spread* bancário.

Tabela 2- Custo dos empréstimos e composição do *spread* – período de abr/99 até ago/00

Discriminação	Abr/99	Out/99	Abr/00	Ago/00
Custo ao tomador (%a.m.)	5,70%	4,55%	3,89%	3,62%
Taxa de captação CDB (%a.m.)	1,98%	1,38%	1,39%	1,24%
<i>Spread</i> (%a.m.)	3,71%	3,16%	2,49%	2,39%
- Margem líquida do banco	1,25%	1,24%	1,01%	0,87%
- Impostos Diretos	0,62%	0,73%	0,59%	0,51%
- Impostos Indiretos (+FGC)	0,55%	0,23%	0,21%	0,21%
- Despesas administrativas	0,47%	0,54%	0,46%	0,46%
- Despesas de inadimplência	0,82%	0,42%	0,22%	0,34%
<i>Spread</i> (%)	100%	100%	100%	100%
- Margem líquida do banco	34%	39%	41%	36%
- Impostos Diretos	17%	23%	24%	21%
- Impostos Indiretos (+FGC)	15%	7%	8%	9%
- Despesas administrativas	13%	17%	18%	19%
- Despesas de inadimplência	22%	13%	9%	14%

Fonte: BCB (2000).

BCB (2000) utilizou quatro períodos para estimação do *spread* bancário: outubro de 1999, onde foram divulgadas as medidas para redução do *spread*; abril de 1999 e abril de 2000, que são seis meses antes e seis meses depois da data de divulgação das medidas; e agosto de 2000, que é a data com a última informação de balanços dos bancos até a finalização do relatório⁹.

A evolução nesse período indica uma queda geral do *spread* bancário, de 3,71% em abr/99 para 2,39% em out/00. Na estimação dos seus componentes, a margem líquida passa a ter maior representatividade na composição do *spread*, com 36%. A inadimplência que foi a principal causa apontada em 1999, representou apenas 14% em agosto/00, ficando atrás também das despesas administrativas (19%) e dos impostos diretos (21%).

Entretanto, esse resultado alcançado seria melhor explicado pelas mudanças metodológicas adotadas pelo Banco Central. Conforme Costa (2004), a participação relativa dos componentes se alterou devido a essas mudanças metodológicas e não

⁹ Entretanto as informações de taxa de aplicação e taxa de captação CDB estão disponíveis até outubro de 2000.

pelo contexto econômico. A autora destaca ainda que o cálculo com a metodologia de BCB (2000) ao ser aplicado para o período do estudo de 1999 mostra a discrepância dos resultados.

BCB (2000) eliminou a participação do compulsório no cálculo do *spread* e alterou a metodologia de apuração das taxas de captação e aplicação, estimação da inadimplência e das despesas administrativas. As taxas de captação foram calculadas a partir de uma média ponderada pela captação líquida de CDBs de cada instituição e as taxas de aplicação a partir de informações diárias das operações bancárias.

A inadimplência passou a ser calculada através da amostra dos 17 bancos, que iniciaram o estudo original. Conforme BCB (2000) foi calculada a inadimplência para cada um dos bancos, através do quociente entre as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajustada pela reversão de créditos baixados como prejuízo e pelo total de crédito livre.

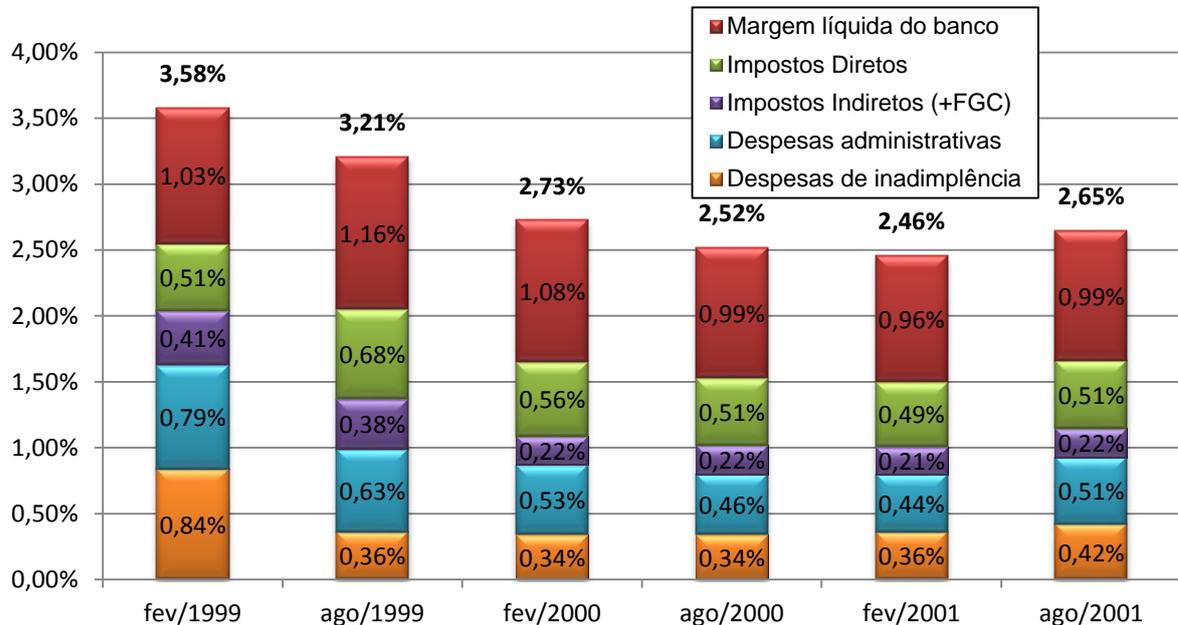
Já para as despesas administrativas, BCB (2000) mais uma vez atribuiu que essas despesas são alocadas proporcionalmente à receita bruta gerada pelas unidades de negócios. Desse modo, estimou a participação da concessão do crédito livre nas receitas dos bancos e após isolou esse percentual das despesas administrativas por operações de crédito, achando assim o custo médio administrativo por unidade de empréstimo.

Por fim, uma última observação deste trabalho é quanto ao componente de margem líquida apurado. Conforme Costa (2004) esse componente é calculado por resíduo, descontando os outros componentes do *spread* e pode conter outras receitas que não são referentes ao lucro do banco.

Em 2001, o BCB não realizou modificações metodológicas na estimação dos componentes do *spread* e manteve a mesma amostra dos 17 bancos privados. Conforme Costa (2004) esse trabalho possui uma abordagem institucional e

concentrou esforços em avaliar os avanços das medidas propostas em 1999 e 2000 e nas condições conjunturais adversas da economia no ano de 2001¹⁰.

Gráfico 3 - Evolução do *spread* bancário (% a.m.) até ago/2001



Fonte: BCB (2001).

A evolução do *spread* e dos seus componentes neste estudo aponta uma redução de fevereiro de 1999 até fevereiro de 2001. Deste último período até agosto de 2001 o *spread* aumentou para 2,65% a.m., sendo que os componentes de inadimplência (0,42% a.m.) e despesas administrativas (0,51% a.m.) sensibilizaram o aumento. BCB (2001) atribui a elevação do *spread* justamente às condições econômicas do período.

Essa reversão no comportamento do *spread* gerou uma abordagem adicional para a estimação dos seus componentes, a partir de técnicas econométricas. Segundo BCB a utilização dessa abordagem tem a vantagem de se possibilitar realizar inferências a respeito do comportamento do *spread*, em função da variação de seus componentes. Assim sendo, Koyama e Nakane encontraram que o principal fator que afeta o *spread* é o risco¹¹ (45%), seguido por custos administrativos (20%), impostos indiretos (19%) e taxa Selic (16%).

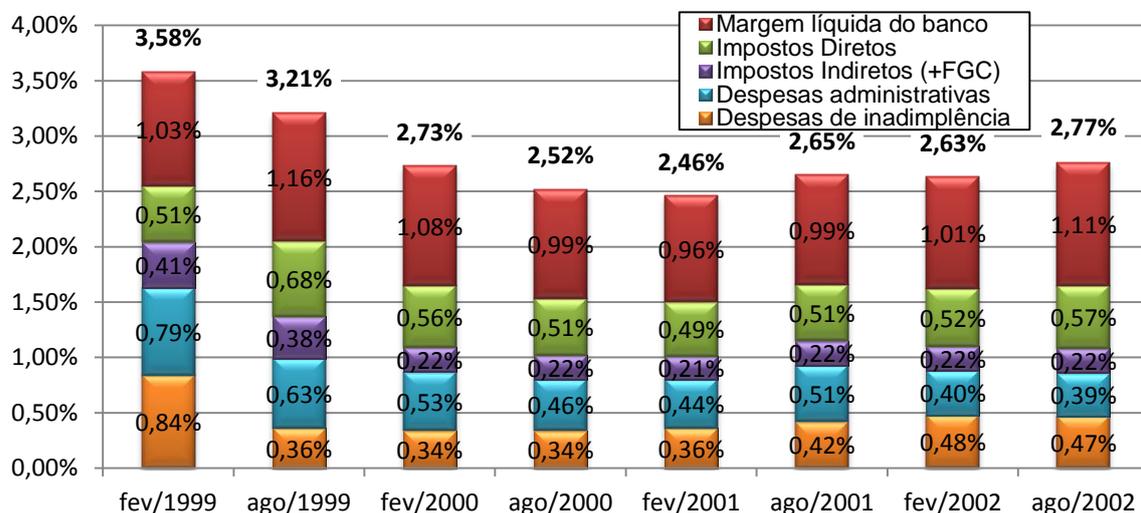
¹⁰ Conforme BCB (2001) a evolução desfavorável do cenário macroeconômico foi marcada pelo desaquecimento da economia mundial, possibilidade de racionamento de energia elétrica, agravamento da crise na argentina e depreciação cambial.

¹¹ Equivalente as despesas com inadimplência utilizadas na decomposição contábil.

Entretanto, apesar da inclusão dessa abordagem, Costa (2004) considera que o desinteresse em melhorar a metodologia baseada em informações contábeis prejudica a identificação dos componentes do *spread*. Como consequência, as políticas de direcionamento de crédito não são tão bem avaliadas e isso compromete a eficiência alocativa do setor bancário.

No ano de 2002, o BCB novamente não alterou a metodologia do cálculo do *spread* e da estimação dos seus componentes. A abordagem econométrica observada em 2001 não foi realizada para esse ano, devido a não ser possível a aplicação da medida de risco utilizada anteriormente.

Gráfico 4 - Evolução do *spread* bancário (% a.m.) até ago/2002



Fonte: BCB (2002).

O resultado observado em 2001 indicou uma tendência de aumento do *spread* até agosto de 2002, onde o indicador representou 2,77% a.m., maior nível desde agosto de 1999. Os componentes mais representativos nesse período foram a margem líquida (1,11% a.m.), os impostos diretos (0,57% a.m.) e as despesas com inadimplência (0,47% a.m.).

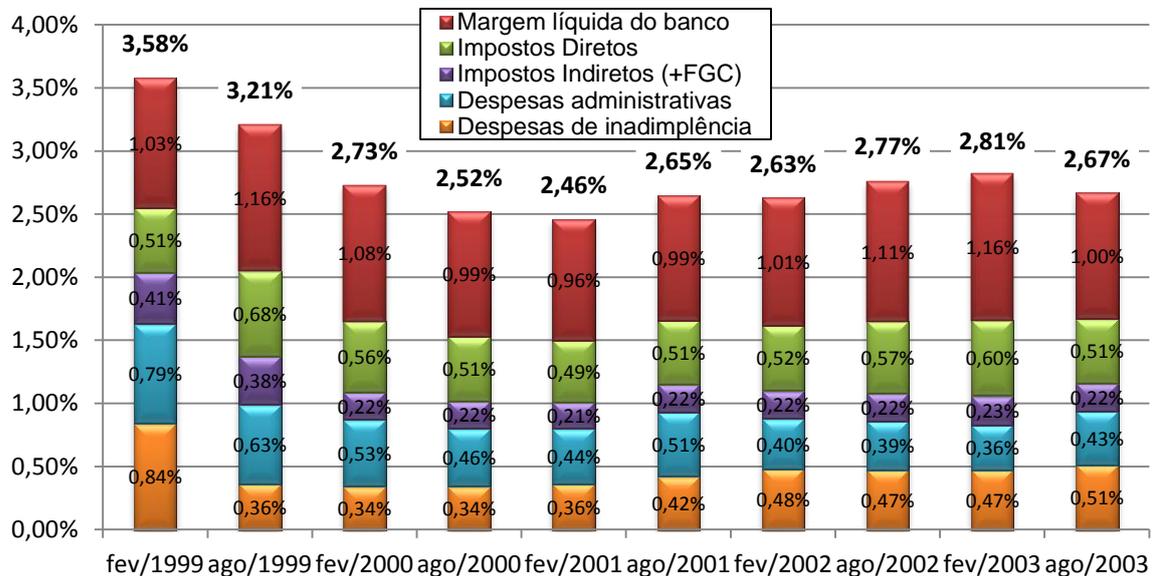
BCB (2002) pondera que os resultados do *spread* e do crédito em geral nos últimos 12 meses foram prejudicados pela incerteza do cenário macroeconômico. Contudo, a perspectiva para o desenvolvimento do crédito era positiva, uma vez que

já estavam em prática várias medidas¹² para a redução dos juros e do *spread* bancário.

Em 2003, o BCB divulgou a avaliação de quatro anos do PJSB e atestou que embora houvesse uma melhora no volume de crédito concedido, as taxas de juros continuavam elevadas. Segundo a instituição, a instabilidade do cenário do macroeconômico desde o ano de 2001 era responsável pelo atraso de resultados mais positivos.

Quanto à estimação do *spread* e de sua composição, a metodologia continuava sem alterações em relação aos últimos estudos.

Gráfico 5 - Evolução do *spread* bancário (% a.m.) até ago/2003



Fonte: BCB (2003).

A última informação do *spread* revela que houve uma redução para 2,67% a.m. do indicador em agosto de 2003, comparado ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, conforme essa série histórica houve uma queda expressiva somente no primeiro ano após o estudo inicial, sendo que até o presente trabalho o *spread* bancário está praticamente estável.

¹² Essas medidas serão melhores vistas na próxima seção deste capítulo. BCB se refere ao novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, a nova central de risco, a reformulação da lei das falências, a regulamentação das operações com derivativos de crédito, a ampliação do alcance da alienação fiduciária, a criação da célula de crédito bancário etc.

Quanto aos componentes, BCB (2003) destaca que a inadimplência apresenta ascensão nos últimos anos, representando 0,51% a.m. em agosto de 2003 e que as medidas que visavam mitigar a assimetria de informações do mercado de crédito deveriam ser priorizadas. A inadimplência representou tanto quanto os impostos diretos (0,51% a.m.), que nos últimos períodos foi a segunda maior representatividade. A margem líquida (1,00% a.m.) continua sendo o maior destino do *spread* para os bancos.

A avaliação de cinco anos do PJSB trouxe melhorias metodológicas após três anos mantendo a mesma forma de estimação dos componentes. Em 2004, o BCB além de melhorar a estimação das despesas administrativas, voltou a considerar o impacto dos compulsórios e ampliou a amostra do trabalho para 77 bancos. No entanto, a análise com base na nova metodologia utilizou o período dos anos de 2000 a 2003, perdendo assim o ano de 1999.

Tabela 3 - Decomposição do *spread* bancário – 2000 a 2003

	2000	2001	2002	2003
Custo do FGC	0,30%	0,23%	0,25%	0,24%
Custo Total do compulsório	4,10%	4,54%	9,10%	5,04%
Custo do compulsório DV	4,10%	4,49%	8,24%	5,46%
Custo do compulsório DP	0,00%	0,05%	0,86%	-0,42%
Custo Administrativo	28,78%	24,84%	24,09%	26,37%
Cunha Tributária	21,36%	22,67%	20,37%	20,81%
Impostos Indiretos	8,01%	7,00%	7,06%	7,85%
Impostos Diretos	13,35%	15,67%	13,32%	12,96%
Inadimplência	20,41%	18,73%	20,26%	19,98%
Resíduo	25,05%	28,99%	25,92%	27,56%

Fonte: BCB (2004).

Nessa nova metodologia, BCB (2004) apresenta os componentes de forma proporcional ao valor do *spread* e não através de números absolutos. A evolução no período indica estabilidade nos componentes do *spread*, onde o resíduo (27,56%) possui maior representatividade, seguido pelo custo administrativo (26,37%) e a inadimplência (19,98%). A cunha tributária corresponde a 20,81%, onde 7,85% são referentes aos impostos indiretos e 12,96% aos impostos diretos. Com menor expressão aparece o custo do compulsório com 5,04% e o custo do FGC com 0,24%.

Essa nova metodologia foi utilizada para aumentar a precisão da decomposição, mas que ainda necessitava de uma atenção maior quanto aos componentes resíduo e inadimplência. Conforme BCB (2004), o componente resíduo sofre influência dos subsídios cruzados gerados pelas operações de créditos direcionados e a inadimplência não considera os riscos esperados, mas sim o valor já provisionado na conta de PDD.

As alterações metodológicas foram realizadas com base no trabalho “A Decomposição do *Spread* Bancário no Brasil” dos autores Ana Carla Abrão Costa e Márcio Nakane. Segundo os autores, o trabalho de decomposição contábil realizado pelo BCB pouco se alterou em relação ao estudo pioneiro de 1999, mantendo assim dois problemas ao longo dos anos: o viés de seleção e a alocação das despesas administrativas. Os autores buscam corrigir esses dois problemas e retomam o cálculo do compulsório como parcela do *spread*.

Para contornar o viés de seleção os autores aumentaram a amostra para 77 bancos, não restringindo somente as instituições privadas, mas englobando todos os bancos atuantes no Brasil e com informações disponíveis.

Para a estimação dos custos administrativos, ao contrário dos anos anteriores, que colocava a alocação dos custos com base na geração das receitas, os custos administrativos deste estudo foram estimados com base em noções de eficiência restrita e dentro de uma ótica de custos. Para isso, os autores utilizaram a aplicação dos preços de Aumann-Shapley¹³ definido o custo total da carteira de crédito livre e após somaram as despesas operacionais e de pessoal, chegando a um valor de custo por unidade de negócio.

Já quanto ao compulsório, Costa e Nakane (2004, p. 18) afirmam que:

[...] Originalmente, essa variável participava da decomposição; isso foi mudado a partir do segundo estudo, com base em uma hipótese de alíquota zero para os compulsórios sobre depósitos a prazo e não financiamento de operações de crédito via depósito à vista. A primeira hipótese não atende à realidade, tendo em vista que, tanto compulsórios sobre depósitos a prazo quanto à vista eram significativamente altos para o período de análise. Além disso, embora alguns modelos teóricos defendam a independência entre mercados de captação e empréstimo, não há comprovação empírica que corrobore a hipótese de não-utilização de recursos captados à vista para concessão de operações de crédito.

¹³ O cálculo desse algoritmo é melhor explicado em BCB (2004), onde é possível também acompanhar o número de bancos utilizado em cada ano do estudo.

Costa e Nakane realizam ainda uma comparação entre a amostra antiga dos 17 bancos privados e da nova amostra, utilizando as demais alterações para o ano de 2003.

Tabela 4 - Comparativo entre a proporção do *spread* – dez/2003

	Amostra antiga 17 bancos	Nova amostra 77 bancos
Custo do FGC	0,20%	0,24%
Custo Total do compulsório	6,38%	5,04%
Custo do compulsório DV	6,72%	5,46%
Custo do compulsório DP	-0,34%	-0,42%
Custo Administrativo	23,64%	26,37%
Cunha Tributária	20,77%	20,81%
Impostos Indiretos	7,58%	7,85%
Impostos Diretos	13,19%	12,96%
Inadimplência	17,85%	19,98%
Resíduo	31,17%	27,56%

Fonte: BCB (2004).

Com a ampliação da amostra é possível observar que os custos administrativos e a inadimplência aumentaram em relação aos 17 bancos privados. O componente resíduo, por sua vez, apresentou uma redução, indicando que os bancos que entraram no estudo possuem uma rentabilidade menor na carteira de crédito livre. Isso também comprova o viés de seleção mencionado anteriormente, que poderia distorcer os resultados do estudo.

No estudo de 2005, o BCB voltou a realizar alterações metodológicas na estimação dos componentes. Conforme observado em BCB (2004), havia uma preocupação com a componente de inadimplência e havia a questão dos subsídios cruzados. Esses dois fatores foram objeto de estudo em 2005, junto com um novo aperfeiçoamento da estimação do custo administrativo.

A componente de inadimplência foi mensurada com base nas regras da Resolução 2.682/1999¹⁴. Conforme BCB (2005), essa alteração fez com que a inadimplência fosse calculada com base na classificação de riscos das carteiras de

¹⁴ Resolução do Banco Central do Brasil que possui os critérios para classificar as operações de crédito e as regras de constituição da provisão dos créditos de liquidação duvidosa para as instituições financeiras.

crédito dos bancos, incorporando assim o risco percebido pelas instituições no momento da concessão dos créditos. Para fins de cálculo, foi considerado como perda, o percentual de 20,0% sobre o valor de provisionamento, sendo esse destinado ao *spread*.

Os subsídios cruzados foram abordados através de um estudo de Costa e Nakane¹⁵. Os créditos direcionados são normatizados e possuem uma oferta com taxas subsidiadas, fazendo com que os bancos possuam uma menor rentabilidade nesse segmento. Portanto, para compensar a queda de rentabilidade, as taxas de juros das operações de créditos livres são maiores, gerando assim um subsídio cruzado.

Para os custos administrativos, a função custo do setor bancário foi alterada. Conforme BCB (2005) foi mantida a mesma base do estudo anterior, alterando o preço do capital na estimação da função, onde esse seria mensurado através da razão entre quatro contas de despesas (aluguéis, arrendamento de bens, manutenção de bens e depreciação) sobre ativo permanente. Esse procedimento fez com que os parâmetros da função custo e os preços de Aumann-Shapley fossem alterados.

Essas alterações fizeram com que o *spread* fosse recalculado e apurado para o período de 2001, 2003 e 2004¹⁶. Conforme tabela 5, os resultados obtidos sugerem que as alterações metodológicas surtiram efeito na composição do *spread*, uma vez que a inadimplência é o componente que mais explica o indicador, representando 33,97% em 2004. O custo administrativo (21,56%) continua sendo importante para explicar o *spread*, embora tenha perdido participação relativa nessa nova estimação.

BCB (2005) considera que os resultados obtidos refletem um nível de *spread* bancário ainda elevado e que sua formação demonstra a importância dos componentes institucionais e microeconômicos.

¹⁵ Esse estudo é o capítulo 3 do Relatório de Economia Bancária de 2005 elaborado pelo BCB.

¹⁶ Conforme BCB (2005) as informações de risco de crédito utilizadas para o cálculo da inadimplência só estavam disponíveis a partir de 2001. O ano de 2002 não aparece na amostra e não possui justificativa.

Tabela 5 - Decomposição do *spread* – 2001, 2003 e 2004

	Proporção do <i>spread</i> (%)			Pontos percentuais (p.p.)		
	2001	2003	2004	2001	2003	2004
1 - Spread Total	100,00	100,00	100,00	28,70	30,01	27,20
2 - Custo Administrativo	19,84	21,87	21,56	5,69	6,56	5,86
3 - Inadimplência	31,04	31,73	33,97	8,91	9,52	9,24
4 - Custo do Compulsório	9,51	6,51	7,00	2,73	1,95	1,90
Depósitos à vista	9,23	7,09	6,85	2,65	2,13	1,86
Depósitos a prazo	0,28	-0,57	0,15	0,08	-0,17	0,04
5 - Tributos e taxas	7,10	7,24	8,37	2,04	2,17	2,28
Impostos indiretos	6,82	6,98	8,11	1,96	2,09	2,21
Custo do FGC	0,28	0,26	0,26	0,08	0,08	0,07
6 - Resíduo Bruto (1-2-3-4-5)	32,51	32,65	29,10	9,33	9,81	7,92
7 - Impostos diretos	11,14	9,88	9,30	3,20	2,96	2,53
8 - Resíduo líquido (6-7)	21,37	22,77	19,80	6,13	6,85	5,39

Fonte: BCB (2005).

Em 2006, o BCB manteve a mesma metodologia do ano anterior, alterando apenas o cálculo do custo administrativo. Conforme BCB (2006) por ser estimado através de um modelo estatístico, o acréscimo de novas informações na base de dados gerou a necessidade da revisão do componente. Logo, os valores referentes aos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004 já incorporam essa revisão.

Conforme tabela 6, a composição do *spread* bancário continua sendo explicada principalmente pelo componente de inadimplência, que em 2006 representou 43,4% do *spread* total. BCB (2006) destaca a queda do componente de compulsório, que em 2001 representava 9,51% e no ano de 2006 correspondia a 4,7% do *spread*. A instituição argumenta que isso é devido ao ganho em aplicação de títulos públicos com a parcela de compulsório, referente aos depósitos a prazo.

De uma forma geral, BCB (2006) avalia que o cenário macroeconômico favorável deverá contribuir para uma redução do *spread*, fazendo com que o crédito contribua para o crescimento do consumo das famílias e auxilie as atividades do setor produtivo.

Tabela 6 - Decomposição do *spread* em proporção (%) – 2001 a 2006

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1 - <i>Spread</i> Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2 - Custo Administrativo	16,8	14,7	19,5	19,8	17,2	16,9
3 - Inadimplência	30,7	31,2	31,7	34,0	35,9	43,4
4 - Custo do Compulsório	9,7	12,2	6,5	7,0	5,0	4,7
Depósitos à vista	9,4	10,0	7,1	6,8	5,1	4,9
Depósitos a prazo	0,3	2,2	-0,6	0,1	-0,1	-0,3
5 - Tributos e taxas	7,0	7,3	7,2	8,4	8,1	8,6
Impostos indiretos	6,8	7,0	7,0	8,1	7,8	8,3
Custo do FGC	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
6 - Resíduo Bruto (1-2-3-4-5)	35,7	34,7	35,1	30,8	33,8	26,4
7 - Impostos diretos	12,1	11,0	10,6	9,9	9,5	7,3
8 - Resíduo líquido (6-7)	23,6	23,7	24,4	21,0	24,3	19,0

Fonte: BCB (2006).

O ano de 2007 foi bastante positivo para o mercado de crédito na visão do BCB. Nesse ano houve redução das taxas de juros e dos *spreads* bancários para os níveis mais baixos da história da economia brasileira, bem como houve redução da inadimplência e aumento do saldo de empréstimos. Para BCB (2007), esse desempenho do mercado de crédito é atribuído às medidas do PJSB, a estabilidade monetária e também a uma maior confiança no futuro da economia brasileira.

Na estimação do *spread* deste trabalho, novamente não houve alteração da metodologia, sendo mantida apenas a correção realizada para o custo administrativo em 2006. O destaque mais uma vez é a inadimplência, que continua sendo o componente mais representativo na composição do *spread*. Conforme a tabela 7, pode-se observar a evolução em pontos percentuais do *spread* e de seus componentes desde 2001, comprovando o bom momento do mercado de crédito para o ano de 2007.

BCB (2007) considera ainda que a queda no *spread* foi influenciada pelos ganhos de escala advindos de um aumento na concessão de crédito, onde os custos administrativos tendem a diminuir. Esses ganhos de escala, junto com uma maior concorrência observada no setor bancário, indicam que as instituições financeiras estão repassando para os tomadores de crédito parte da redução do custo de intermediação. A redução do componente de resíduo sugere essa transferência.

Tabela 7 - Decomposição do *spread* em pontos percentuais (p.p.) – 2001 a 2007

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1 - <i>Spread</i> Total	39,95	42,46	41,52	35,56	36,40	34,76	28,40
2 - Custo Administrativo	5,26	6,38	4,90	5,04	5,63	4,30	3,84
3 - Inadimplência	12,93	13,67	13,27	12,33	13,14	13,33	10,61
4 - Custo do Compulsório	2,12	6,40	2,00	2,29	1,81	1,18	1,02
Depósitos à vista	2,00	4,08	2,31	2,24	1,84	1,21	1,00
Depósitos a prazo	0,12	2,32	-0,32	0,05	-0,04	-0,03	0,02
5 - Tributos e taxas	2,77	3,30	2,94	2,71	2,96	2,67	2,30
Impostos indiretos	2,67	3,14	2,84	2,63	2,86	2,58	2,22
Custo do FGC	0,10	0,16	0,10	0,08	0,10	0,08	0,08
6 - Resíduo Bruto (1-2-3-4-5)	16,87	12,71	18,42	13,19	12,87	13,29	10,64
7 - Impostos diretos	5,64	4,88	5,55	3,92	3,61	3,49	2,99
8 - Resíduo líquido (6-7)	11,23	7,82	12,87	9,27	9,26	9,80	7,65

Fonte: BCB (2007).

O ano de 2008 foi marcado pela crise financeira internacional que impactou no mercado de crédito brasileiro, fazendo com que as taxas de juros e o *spread* aumentassem em relação ao ano de 2007. Contudo BCB (2008) ressalta que o impacto da crise foi atenuado pela estabilidade monetária, solidez do mercado bancário e também pelas ações tomadas pelo BCB para regularizar a liquidez e compensar a escassez do crédito internacional.

O BCB realizou uma atualização metodológica importante em 2008, alterou o cálculo das taxas de captação do *spread*, alterou a estimativa do compulsório, incluiu os subsídios cruzados como um componente e alterou a forma de considerar os impostos e o custo do FGC. Também neste estudo realizou uma abertura no cálculo do *spread* e na estimativa dos seus componentes, segregando bancos públicos, bancos privados e os doze maiores bancos do sistema financeiro brasileiro.

BCB (2008) alterou o cálculo das taxas de captação para considerar as taxas efetivas de depósito a vista, poupança e depósitos a prazo¹⁷. Desde 2000 as taxas de captação eram calculadas considerando a média de captação líquida de CDBs.

A inclusão dos subsídios cruzados foi a alteração mais importante na visão de BCB (2008), uma vez que parte dos recursos de depósito à vista e a prazo devem ser destinados a aplicação em créditos rurais e habitacionais e que anteriormente

¹⁷ Nos depósitos a prazo foram consideradas as taxa de CDBs de cada banco.

esse componente estava incorporado no resíduo líquido. Para a estimação desse componente “[...] considera-se o custo efetivo o custo efetivo de captação das fontes de financiamento do crédito rural e habitacional para cada instituição financeira, levando em conta as alíquotas de direcionamento aplicáveis a cada modalidade de depósito.” BCB (2008, p. 29).

Os recolhimentos compulsórios foram estimados a partir do custo nominal de captação de cada tipo de depósito recebido, com um desconto da receita auferida dos respectivos depósitos. BCB (2008) considera que a metodologia antiga provocava uma maior participação do componente na formação do *spread*, uma vez que era estimado a partir dos montantes depositados no BCB e do custo de oportunidade, implicando assim em um mesmo custo de captação para diversas origens dos depósitos.

Já para o custo do FGC, BCB (2008) estimou sua participação considerando a incidência mensal do encargo durante a vigência das operações. Os impostos por sua vez, foram separados por suas respectivas bases de cálculo (concessão de créditos livres, créditos direcionados e compulsórios).

Tabela 8 - Decomposição do *spread* em pontos percentuais (p.p.) – 2001 a 2008

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1 - <i>Spread</i> Total	39,95	42,46	41,52	35,56	36,40	34,76	28,40	39,98
2 - Custo Administrativo	7,91	7,04	8,92	7,14	7,03	6,19	4,75	4,71
3 - Inadimplência	11,32	12,64	13,84	10,25	12,03	12,47	9,29	13,43
4 - Custo de Direcionamento (compulsório + subsídio cruzado)	2,72	1,99	2,38	1,57	1,17	0,74	0,55	0,74
5 - Encargos fiscais e FGC	1,83	2,00	1,92	1,66	1,65	1,29	1,10	1,46
Impostos	1,33	1,39	1,29	1,18	1,13	1,04	0,89	1,23
Custo do FGC	0,05	0,62	0,64	0,48	0,52	0,25	0,21	0,22
6 - Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4-5)	16,17	18,78	14,47	14,94	14,52	14,08	12,71	19,64
7 - Impostos diretos	5,59	6,44	5,03	5,16	4,97	4,82	4,41	7,88
8 - Margem líquida, erros e omissões (6-7)	10,58	12,34	9,44	9,78	9,55	9,26	8,30	11,76

Fonte: BCB (2008).

Conforme a tabela 8, a inclusão dos subsídios cruzados somados aos recolhimentos compulsórios gerou o componente de Custo de Direcionamento, no valor de 0,74 p.p.. A maior parte do *spread* continua sendo explicada pela inadimplência, que aumentou de 9,29 p.p., em 2007, para 13,43 p.p., em 2008, reflexo da crise financeira internacional.

BCB (2008) destaca a participação do componente de margem líquida, erros e omissões, que atingiu 11,76 p.p., em 2008, valor tão relevante quanto à inadimplência. Segundo a instituição isso reflete que há espaço para políticas que fomentem a concorrência entre os bancos.

Em 2009, os efeitos da crise financeira internacional foram amenizados, sendo observada a volta da tendência de crescimento no mercado de crédito. BCB (2009) aponta que as medidas anticíclicas adotadas pelo governo e o provimento de liquidez realizado pelo BCB ajudaram a mitigar os efeitos da crise.

Na estimação do *spread* e da sua composição foi mantida a mesma metodologia do ano anterior, incluindo as mesmas aberturas em bancos privados, bancos públicos e doze maiores bancos.

Tabela 9 - Decomposição do *spread* em pontos percentuais (p.p.) – 2002 a 2009

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
A Taxa de Aplicação	70,13	57,34	53,11	53,33	47,31	40,18	52,91	40,32
B Taxa de Captação	27,67	15,82	17,55	16,93	12,55	11,78	12,93	10,51
1 - <i>Spread</i> Total	42,46	41,52	35,56	36,40	34,76	28,40	39,98	29,81
2 - Custo Administrativo	8,10	10,60	8,41	8,17	7,35	6,02	4,60	4,70
3 - Inadimplência	12,34	14,31	10,24	12,06	12,41	9,53	12,48	9,59
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado	2,38	2,94	2,02	1,56	1,12	0,98	0,59	0,49
5 - Encargos fiscais e FGC	2,02	1,93	1,66	1,65	1,29	1,09	1,48	1,12
Impostos indiretos	1,40	1,26	1,18	1,13	1,04	0,88	1,28	0,94
Custo do FGC	0,62	0,67	0,48	0,52	0,25	0,22	0,21	0,18
6 - Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4-5)	17,62	11,74	13,23	12,97	12,60	10,78	20,82	13,91
7 - Impostos diretos	6,06	4,32	4,55	4,44	4,31	3,75	8,35	5,57
8 - Margem líquida, erros e omissões (6-7)	11,55	7,41	8,68	8,52	8,29	7,03	12,47	8,34

Fonte: BCB (2009).

A estimação do *spread* mostra que o indicador retornou para níveis anteriores a crise financeira de 2008, representando 29,81 p.p. neste trabalho. Quanto aos componentes, BCB (2009) destaca que houve queda da margem bruta de 20,82 p.p., em 2008, para 13,91 p.p., em 2009, mas que esse componente continua sendo mais representativo.

BCB (2010) estimou o *spread* bancário sem alterações na metodologia utilizada nos dois últimos anos. Entretanto, apresentou mais uma abertura para a decomposição do *spread*, calculando a Taxa Preferencial Brasileira (TPB), que é a taxa média das operações pactuadas entre os bancos e seus clientes preferenciais.

É importante destacar que BCB (2010) foi o último relatório contendo o cálculo do *spread* na visão total, como vinha sendo feito desde quando aumentaram a amostra em 2004. Também é a última decomposição considerando a origem do capital dos bancos e a sua concentração. A partir de 2011 o trabalho de decomposição do *spread* é exclusivo para a TPB.

Tabela 10 - Decomposição do *spread* prefixado total (p.p.) – 2004 a 2010

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
A Taxa de Aplicação	53,11	53,33	47,31	40,18	52,91	40,32	39,70
B Taxa de Captação	17,55	16,93	12,55	11,78	12,93	10,51	11,83
1 - <i>Spread</i> Total	35,56	36,40	34,76	28,40	39,98	29,81	27,87
2 - Custo Administrativo	7,26	7,06	6,22	5,15	4,06	4,25	3,50
3 - Inadimplência	8,64	10,04	10,61	8,07	10,68	9,12	8,01
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos fiscais e FGC	3,34	2,94	2,13	1,83	2,09	1,57	1,14
5 - Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4)	16,32	16,36	15,80	13,34	23,15	14,88	15,22
6 - Impostos diretos	5,56	5,57	5,38	4,55	9,28	5,95	6,10
7 - Margem líquida, erros e omissões (5-6)	10,76	10,79	10,42	8,79	13,87	8,92	9,12

Fonte: BCB (2010).

A última visão da decomposição do *spread* prefixado total mostra uma tendência de redução no indicador desde 2004, com exceção de 2008. A evolução nominal de quase todos os componentes acompanha o *spread* nesse sentido, fato que segundo BCB (2010) corrobora a redução dos juros e do *spread* bancário. A instituição também releva que os componentes ligados à regulação dos bancos, que

engloba o conjunto dos depósitos compulsórios, subsídios cruzados, encargos fiscais e FGC representa o menor valor percentual do *spread*, com redução de 3,34 p.p., em 2004, para apenas 1,14 p.p., em 2010.

A decomposição do *spread* para os bancos públicos mostra uma importante redução do componente de inadimplência, onde esse se situava sempre acima de 10,0 p.p. desde 2004 e, em 2010, reduziu para 5,97 p.p.

Tabela 11 - Decomposição do *spread* prefixado bancos públicos (p.p.) – 2004 a 2010

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
A Taxa de Aplicação	55,65	57,55	48,81	40,19	49,71	44,11	34,12
B Taxa de Captação	16,02	16,01	12,14	11,46	12,71	9,89	13,01
1 - <i>Spread</i> Total	39,64	41,54	36,66	28,73	37,00	34,22	21,11
2 - Custo Administrativo	9,33	9,01	8,14	7,49	5,18	5,71	3,22
3 - Inadimplência	13,76	14,00	12,87	10,96	12,59	11,63	5,97
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos fiscais e FGC	4,12	4,26	3,44	3,13	2,72	2,38	1,15
5 - Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4)	12,43	14,27	12,22	7,15	16,52	14,49	10,76
6 - Impostos diretos	4,24	4,86	4,16	2,43	6,61	5,80	4,31
7 - Margem líquida, erros e omissões (5-6)	8,19	9,41	8,06	4,72	9,91	8,69	6,46

Fonte: BCB (2010).

Conforme BCB (2010), a uma forte tendência de redução de todos os componentes a partir de 2008 e isso explicaria a redução do *spread* bancário sem prejudicar as margens, tendo reflexos sobre a competitividade. A margem bruta atingiu 10,76 p.p., em 2010, representando mais da metade do *spread* dos bancos públicos.

Para os bancos privados, BCB (2010) aponta comportamento semelhante ao do total de bancos e também destaca o comportamento da margem bruta, que tinha tendência de redução desde 2004, aumentou em 2008 (25,93 p.p.), recuou em 2009 (15,14 p.p.) e depois aumentou novamente em 2010 (17,40 p.p.).

Tabela 12 - Decomposição do *spread* prefixado bancos privados (p.p.) – 2004 a 2010

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
A Taxa de Aplicação	52,31	52,13	46,89	40,18	53,97	38,68	41,97
B Taxa de Captação	17,82	17,14	12,64	11,85	12,99	10,71	11,46
1 - <i>Spread</i> Total	34,49	34,99	34,25	28,32	40,98	27,97	30,51
2 - Custo Administrativo	6,81	6,59	5,71	4,58	3,53	3,60	3,28
3 - Inadimplência	7,60	9,11	10,01	7,35	9,73	8,02	8,86
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos fiscais e FGC	3,17	2,63	1,79	1,51	1,79	1,20	0,97
5 - Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4)	16,91	16,67	16,74	14,88	25,93	15,14	17,40
6 - Impostos diretos	5,76	5,67	5,70	5,08	10,40	6,06	6,98
7 - Margem líquida, erros e omissões (5-6)	11,15	10,99	11,04	9,80	15,53	9,08	10,42

Fonte: BCB (2010).

Os bancos privados quando comparados aos bancos públicos possuem valores de custo administrativo e de custo do direcionamento inferiores. O custo administrativo é superior nos bancos públicos devido ao “[...] perfil dos tomadores de recursos nesses bancos, que pode contemplar uma maior concentração de operações com pequeno valor e, portanto, com custo administrativo unitário maior, comparativamente aos bancos privados.” (BCB, 2008, p. 33). Já o custo de direcionamento está atrelado ao fato de que os bancos públicos realizam um volume maior de concessão de recursos direcionados.

BCB (2008) avalia também que o *spread* é superior nos bancos públicos até 2008, ano em que os bancos privados atingiram 40,98% p.p. de *spread*, frente à 37,0% p.p dos bancos públicos. A explicação para isso é que frente à crise financeira internacional os bancos públicos ganharam mais depósitos que os bancos privados, fazendo com que esses reajustassem sua margem mais rapidamente.

A decomposição para os maiores bancos¹⁸ também indica um comportamento semelhante ao número total de bancos. BCB (2010) considera que há espaço para redução do *spread* bancário, uma vez que esses bancos possuem no componente margem bruta, erros e omissões mais da metade do destino do *spread*, 15,42% p.p., em 2010, para o componente e 27,87% p.p. para o indicador.

¹⁸ Para essa estimativa foram considerados 12 bancos em 2008. Para os anos de 2009 e 2010, em função de fusões e aquisições, a amostra caiu para 8 bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, HSBC, Santander, Safra e Votorantim.

Tabela 13 - Decomposição do *spread* prefixado maiores bancos (p.p.) – 2004 a 2010

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
A Taxa de Aplicação	53,11	53,33	47,31	40,18	52,91	40,32	39,70
B Taxa de Captação	17,55	16,93	12,55	11,78	12,93	10,51	11,83
1 - <i>Spread</i> Total	35,56	36,40	34,76	28,40	39,98	29,81	27,87
2 - Custo Administrativo	7,18	7,06	6,00	5,08	3,92	4,02	3,55
3 - Inadimplência	8,72	9,99	10,45	8,10	10,05	8,77	7,77
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos fiscais e FGC	3,54	3,11	2,19	1,94	2,20	1,68	1,14
5 - Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4)	16,12	16,24	16,12	13,28	23,81	15,34	15,42
6 - Impostos diretos	3,80	4,26	3,95	2,40	7,14	5,05	5,68
7 - Margem líquida, erros e omissões (5-6)	12,31	11,98	12,17	10,88	16,67	10,29	9,73

Fonte: BCB (2010).

De um modo geral, há uma diferenciação mais visível nos valores de *spread* somente quando comparados os bancos públicos e os privados. A relevância dos grandes bancos para o sistema financeiro faz com que seus números sejam parecidos com o do próprio sistema.

De 2011 até 2013 a metodologia para a apuração da estrutura do *spread* bancário foi exclusiva com base na Taxa Preferencial Brasileira (TPB), utilizada pelos bancos para pactuar operações com seus clientes preferenciais. Segundo BCB (2013, p. 12) são considerados clientes preferenciais:

[...] aqueles que apresentam, simultaneamente, as seguintes características: (i) ser pessoa jurídica; (ii) possuir operações de crédito com três ou mais instituições financeiras; (iii) ter, pelo menos, uma operação em curso normal com valor maior ou igual a R\$5 milhões; (iv) possuir, pelo menos, uma operação com classificação de risco “AA”; (v) possuir operações classificadas nos riscos “AA” e “A”, cuja soma corresponda a, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total de seu endividamento perante o Sistema Financeiro Nacional (SFN); e (vi) não possuir operações com atraso superior a noventa dias que representem mais que 1% do total de seu endividamento junto ao SFN. Para maiores detalhes, ver boxe “Taxa Preferencial Brasileira”, no Relatório de Estabilidade Financeira de setembro de 2011.

Conforme BCB (2010, p. 21) a justificativa para utilização da TPB é que a nova taxa:

[...] possibilita melhor comparação das taxas praticadas no Brasil com as de outros países, bem como pode servir como referência para realização de outras operações de crédito, o que deve aumentar a transparência e estimular a concorrência no mercado de crédito doméstico.

A mudança na amostra que a utilização da TPB trouxe, gerou a necessidade de alterar a metodologia que estava sendo usada. A taxa de captação passou a ser considerada como uma média ponderada entre os volumes das taxas de captação de todas as instituições¹⁹.

Para os componentes do *spread*, o custo administrativo foi desconsiderado na decomposição. Devido aos clientes preferenciais possuírem empréstimos de elevado valor, a utilização do algoritmo de Aumann-Shapley mostrou-se inadequada, uma vez que enfatizou a participação deste componente. Portanto, ao considerarem a participação em proporção dos recursos envolvidos, o valor do componente custo administrativo foi ínfimo, sendo descartado no cálculo.

A inadimplência foi ajustada para desconsiderar valores extremos, eliminando “[...] operações que apresentaram impacto na participação relativa da inadimplência superior ao quantil 99% em cada ano e que modificavam a participação dessa componente de forma significativa.” (BCB, 2010, p. 23).

A taxa de juros utilizada, é referente a taxa de juros do Sistema de Informação de Crédito (SCR), a qual não carrega os custos administrativos adicionais e impostos indiretos. A metodologia anterior utilizava o conceito de Custo Efetivo Total (CET), sendo necessária a separação dos tributos sobre a operação e custos administrativos adicionais.

Tabela 14 - Decomposição do *spread* TPB em pontos percentuais (p.p.)

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
A Taxa de Aplicação	13,8	21,8	13,9	15,5	15,6	11,0	14,3
B Taxa de Captação	10,9	13,3	8,5	10,2	9,8	7,2	8,8
1 - <i>Spread</i> Total	2,9	8,4	5,4	5,4	5,8	3,8	5,5
2 - Custo Administrativo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Inadimplência	1,0	1,1	1,8	1,3	1,2	1,3	1,6
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos fiscais e FGC	0,3	1,2	0,7	0,6	0,6	0,4	0,4
5 - Margem bruta, erros e omissões (1-2-3-4)	1,7	6,1	2,9	3,5	4,0	2,2	3,5
6 - Impostos diretos	0,7	2,4	1,2	1,4	1,6	0,9	1,4
7 - Margem líquida, erros e omissões (5-6)	1,0	3,7	1,7	2,1	2,4	1,3	2,1

Fonte: BCB (2013).

¹⁹ BCB (2010) explica que foram utilizadas as taxas de todas as instituições devido a maior estabilidade na amostra.

A mensuração do *spread* nesses critérios mostra valores menores do que os mensurados para a amostra com todos os bancos. O indicador é de apenas 2,9% p.p., em 2007, aumenta para 8,4% p.p., em 2008 e depois oscila até 5,5 % p.p., em 2013.

A inadimplência e a margem bruta, erros e omissões explicam quase a totalidade do indicador, representando em 2013, 1,6 p.p. e 3,5 p.p. do *spread*, respectivamente. Importante destacar que o valor da “margem bruta, erros e omissões” correspondeu a mais da metade da composição do *spread* em todo o período.

Já o ajuste no custo administrativo zerou a participação desse componente. Em contrapartida, o custo dos componentes ligados à regulação é maior para os clientes preferenciais. Foram destinados, em média, aos valores de “Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos fiscais e FGC” 0,6 p.p., representando aproximadamente 11,0 % do *spread* bancário.

O PJSB trouxe a evolução do *spread* e adotou diversas metodologias sempre buscando melhorar a precisão das informações. Paralelamente às alterações metodológicas, o BCB propôs e adotou medidas para a redução dos juros e do *spread* bancário. A próxima seção apresentará essas medidas.

3.3 Medidas propostas para redução do *spread*

Já no primeiro ano do PJSB, o BCB mostrou preocupação em desenvolver formas para a redução dos juros e do *spread* bancário. Segundo BCB (1999) a redução dos juros seria resultado de um ambiente macroeconômico favorável e também da adoção de medidas que reduzissem os impostos e o risco de crédito e que aumentassem a eficiência da alavancagem dos bancos.

Conseqüentemente, já em 1999, o BCB propôs um pacote de medidas visando à redução dos juros e do *spread* bancário, contemplando medidas de natureza macroeconômica, microeconômica e institucional. A realização dessas medidas não se deu exclusivamente pelo BCB, sendo algumas delas de

responsabilidade também do Governo Federal, nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo.

O impacto da adoção das medidas sobre o *spread* bancário foi visto já no primeiro ano de avaliação do PJSB, onde “nos primeiros meses após o início dessa ação governamental, com a redução do IOF e dos depósitos compulsórios, [...] os resultados foram bastante satisfatórios”. (BCB, 2000, p.5). O acompanhamento das medidas propostas e adotadas ocorreu até o ano de 2010, que será usado como base para informar a última posição dessas medidas.

Sobre a competência do BCB inicialmente foi sugerido uma redução dos depósitos compulsórios, onde “[...] por conta dos melhores resultados fiscais e de controle das pressões inflacionárias, [...] os depósitos compulsórios continuam ainda em níveis bastante elevados, se comparados à evidência internacional.” (BCB, 1999, p. 25). Conforme BCB (2009), a diminuição das alíquotas de depósitos compulsórios é um instrumento de política monetária, que pode assim contribuir para aumentar a oferta de crédito e reduzir o *spread* bancário.

No entanto, em 2001, a alíquota do compulsório teve um aumento devido às condições macroeconômicas do período. Esse fato só se alterou em 2008, quando houve uma redução da alíquota para contribuir com a liquidez do sistema financeiro frente à crise financeira internacional. A última movimentação no compulsório indica um aumento da alíquota em 2010, devido ao fim do aperto de liquidez do sistema financeiro.

Ainda sobre a crise financeira internacional, foram criadas operações para resguardar a liquidez do SFN e das operações internacionais, através da Medida Provisória nº 442 de 2008. Através dela, o CMN estava autorizado para “[...] estabelecer critérios de avaliação de ativos recebidos pelo Banco Central em operações de redesconto em moeda nacional [...] e de operações de crédito do Banco Central em moeda estrangeira.” (BCB, 2010, p. 31).

Com o intuito de gerar uma maior transparência para as operações de crédito, foi realizada, já em 1999, a publicação das informações sobre transações das instituições financeiras no *site* do BCB. Em 2000, essa publicação foi melhorada,

uma vez que as instituições passaram a reportar suas informações diariamente para o BCB.

Da mesma forma, para aumentar a transparência, desde 2008 as instituições financeiras devem obrigatoriamente informar a respeito do Custo Efetivo Total (CET) dos seus produtos. A CET leva em consideração todas as despesas e custos dos produtos financeiros, mostrando o real valor do que será cobrado ao consumidor. Uma medida semelhante foi relacionada com o produto de cheque especial, através da Resolução nº 2.808 de 2000. Segundo essa resolução, as instituições são obrigadas a prestar informações detalhadas sobre o produto de cheque especial (inclusive nos extratos mensais), contemplando taxa de juros, período de apuração, tarifas e valores debitados.

Já para aumentar a concorrência, foi competência do BCB instaurar as medidas de portabilidade de informações cadastrais e de portabilidade das operações de crédito. A primeira em vigência desde 2001 garante ao cliente a transferência de seu cadastro de uma instituição para outra, englobando informações como dados pessoais, histórico de operações, saldo médio em conta corrente e aplicações. A segunda portabilidade autoriza a renegociação entre as instituições financeiras desde 2006, onde “[...] ficou possível a transferência, por solicitação do próprio mutuário, da operação de crédito contratada com uma IF para outra, cabendo à última realizar a quitação antecipada do crédito.” (BCB, 2010, p. 34).

Em 2004 foi implementado o novo Sistema de Informação de Crédito (SCR), com o objetivo de melhorar a qualidade das informações e possibilitar consultas mais ágeis pelas IFs. Desde então, mensalmente as IFs reportam informações a respeito do seu risco de crédito e informações individualizadas sobre as operações de seus clientes, o que também gera aumento da concorrência no segmento.

Segundo BCB (2004), as medidas de portabilidade de informações cadastrais e a elaboração do novo SCR permitiram que os bancos distinguíssem os bons pagadores e isso ajudou para aumentar a concorrência. É importante frisar que o BCB tem como ação permanente, desde 1999, a redução das exigências burocráticas para as IFs com o objetivo de reduzir os custos das instituições. Portanto, as medidas que visam a disponibilização de informações devem estar

alinhadas com essa ação de redução das exigências burocráticas, para que não ocorra duplicidade de informações.

O BCB também realizou a reformulação do sistema Brasileiro de Pagamentos que entrou em funcionamento em 22 de abril de 2002 e deu maior segurança ao sistema financeiro. Conforme BCB (2002), para honrar as transações diárias dos seus clientes, o BCB garantia a liquidação das movimentações mesmo se as IFs não possuíssem recursos. Isso gerou um problema devido ao grande risco envolvido nessa operação, uma vez que um descasamento no processo poderia encadear em uma crise sistêmica. Dessa maneira, a reformulação do SPB fez com que as transferências bancárias fossem monitoradas em tempo real, mitigando assim o risco envolvido.

No âmbito do Poder Executivo estavam atribuídas as medidas ligadas à tributação, como os impostos indiretos sobre a intermediação financeira. Esses impostos têm a característica de regulação sobre a demanda por crédito visto que são repassados como custo para os tomadores de empréstimos. Nesse sentido, BCB (2010, p. 35) argumenta que:

Em razão da importância do crédito para a economia, a maior parte dos países evita imposição desse tipo de imposto. Como tais impostos, em especial o IOF, são partes integrantes e importantes da arrecadação tributária, sua redução depende fundamentalmente da regulação da demanda por crédito e das condições da execução do orçamento fiscal.

A redução da alíquota do IOF foi uma das primeiras medidas do PJSB, realizada em outubro de 1999. Na ocasião a alíquota passou de 6,0% para 1,5% para as pessoas físicas e durou até início de 2008, quando o governo extinguiu a CPMF e compensou a perda dessa receita com elevação do IOF. As novas alíquotas passaram para 0,0082% ao dia, chegando ao máximo de 3,0% ao ano para as pessoas físicas, junto com um adicional de 0,38% para operações de crédito. Entretanto, a crise financeira internacional daquele ano fez com que a alíquota das pessoas físicas retornasse para 0,0041% ao dia, chegando ao máximo de 1,5% mais o adicional de 0,38%, mesmo valor cobrado para as pessoas jurídicas.

No âmbito do Poder Legislativo estavam as medidas de caráter institucional, com objetivo de combater a morosidade judiciária e garantir a cobrança de dívidas.

Para isso foram criadas medidas que visavam a novas formas de celebração e viabilização dos contratos de crédito, bem como a ampliação da garantia de alienação fiduciária.

A Lei nº 10.931 de 2004 sancionou a criação da cédula de crédito bancário (CCB), visando à redução dos trâmites processuais dos contratos de crédito. Nesse sentido, BCB (2004, p.35) argumenta que “por sua característica de título executivo judicial, a CCB independe de um processo de conhecimento para sua execução judicial, o que agiliza e reduz os custos de cobrança de dívidas bancárias na Justiça.”

Na mesma lei citada no parágrafo anterior foi modificada a alienação fiduciária, aumentando a abrangência dessa garantia. Assim, a alienação fiduciária passa a afetar o patrimônio das operações que contam com garantia de coisa fungível²⁰ ou de direito, mitigando assim o risco de crédito. Antes dessa alteração, a garantia era vinculada somente a bens móveis.

Para a viabilização dos contratos de crédito foram criados o crédito consignado e o contrato eletrônico de crédito. O crédito consignado foi sancionado pela Lei 10.820 de 2004 e garantiu que os descontos das operações de crédito fossem realizados diretamente na folha de pagamentos dos salários dos tomadores. Já o contrato eletrônico de crédito foi instituído pela Medida Provisória 2.200 de 24 de agosto de 2001, visando a “[...] garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos contratos eletrônicos.” (BCB, 2004, p.45).

Por fim, uma medida importante e do âmbito do Poder Legislativo foi a reforma da Lei de Falências, sancionada pela Lei 11.101 e Lei complementar 117, ambas de 17 de fevereiro de 2005. A antiga lei que regulamentava o processo de falências “[...] é considerada ineficaz no que se refere a seu objetivo principal que é o de permitir a realização dos ativos de uma empresa falida levando-se em conta a lisura do processo e a maior realização possível.” (Costa, 2004, p.158).

A nova Lei de Falências foi instituída com uma base mais moderna, substituindo a concordata pelo instituto da recuperação judicial. Isso garante uma melhor forma de negociação das dívidas da empresa com os seus credores, fazendo

²⁰ Referente a um objeto que pode ser substituído por outro de mesma espécie.

com que ambos interajam no processo de recuperação da empresa. Esse processo visa a superação das adversidades financeiras sendo extremamente benéfico para a economia, pois a continuidade da empresa assegura níveis de emprego e renda.

4 SPREAD NA VISÃO FIPECAFI

Em 2004, a Fundação de Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) desenvolveu um estudo a pedido da FEBRABAN, com o intuito de apurar a estrutura do *spread* bancário brasileiro. Para isso, a FIPECAFI desenvolveu um modelo e o aplicou em uma amostra de produtos de determinados bancos, para assim destacar quais eram os principais componentes do *spread* através de uma visão *ex-post*.

Este capítulo tratará da descrição deste estudo, intitulado “Estudo Sobre a Estrutura da Taxa de Juros no Brasil – Apuração do *Spread* na Indústria Bancária”, para os anos em que foi publicado, 2004 e 2006.

4.1 Estudo Sobre a Estrutura da Taxa de Juros no Brasil – Apuração do *Spread* na Indústria Bancária – 2004

O estudo desenvolvido pela FIPECAFI foi realizado com base em uma amostra de apenas 9 bancos, mas que segundo a instituição representavam 58% do Ativo Total das IFs e 56% das operações de crédito do sistema financeiro em 2003. Já os produtos financeiros utilizados na apuração do *spread*, segregados pelo tipo de tomador foram:

- a) **peessoas físicas:** crédito pessoal, cheque especial, CDC veículos, CDC geral, empréstimo em folha de pagamento e crédito rural; e
- b) **peessoas jurídicas:** descontos (duplicatas e cheques), operações de “Hot Money”, empréstimo de capital de giro, conta corrente garantida, crédito rural, repasse BNDES (Finame) e ACC.

As informações utilizadas foram obtidas através de questionários enviados para os representantes dos bancos e da estrutura contábil das IFs. Nesse segundo aspecto, FIPECAFI (2004, p. 14) relata uma dificuldade para o tratamento das informações, devido ao fato de que:

A estrutura contábil das instituições financeiras, base das informações dessa pesquisa, apresenta ainda sérias limitações para interpretação dos resultados, determinadas pela natureza de alguns critérios de divulgação

("disclosure") dos relatórios financeiros, apropriações contábeis insuficientemente descritivas adotada em algumas contas e inadequação do COSIF para algumas análises, entre outras limitações. É verificável ainda que os critérios de apropriação contábil e mesmo as definições de produtos financeiros diferem entre os bancos, podendo produzir cada um diferentes informações e resultados para um mesmo processo.

Ainda referente ao tratamento das informações, FIPECAFI (2004) considera que a atividade bancária é mais complexa que a de outros setores, pois os bancos possuem diversas fontes de aplicação e captação de recursos. Nesse sentido o questionário enviado as IFs mostra que, segundo os executivos dos bancos a rentabilidade do setor é orientada pelo tipo de tomador e não pelo produto, o que evidencia a existência de subsídios cruzados. Essas características dos bancos exigem um maior esforço para seu tratamento, gerando assim um esforço adicional para esse estudo.

A apuração do *spread* calculado pela FIPECAFI é feita além dos estudos tradicionais, onde o indicador é conceituado como a diferença da taxa de aplicação e da taxa de captação de recursos das IFs. Segundo a instituição, isso seria o mesmo que comparar o resultado bruto com o resultado líquido das empresas, visto que não são descontados as despesas e os impostos. FIPECAFI (2004) calcula o *spread* em três níveis:

- a) **spread bruto:** corresponde a diferença da receita financeira de aplicação e a despesa de captação;
- b) **spread direto:** calculado como a diferença do *spread* bruto e as despesas operacionais diretas; e
- c) **spread líquido:** calculado sobre o *spread* direto, menos as despesas operacionais indiretas e os impostos sobre o lucro líquido.

A estrutura dos *spreads* calculados pela FIPECAFI é apresentada no Quadro 1, mostrando os componentes em cada etapa do cálculo.

Quadro 1 - Estrutura básica do *spread* bancário

RESULTADOS		RESULTADOS	
A) Receita Financeira de Aplicação	XX	D) Despesas Operacionais diretas	(X)
• Operações de crédito		• Impostos s/ operação	
• Direcionamento		• Inadimplência	
B) Despesas de captação	(X)	• Outras	
• Recursos de terceiros		E) SPREAD DIRETO (C - D)	
• Resultado na captação		F) Despesas Operacionais Indiretas	(X)
C) SPREAD BRUTO (A - B)	XX	G) SPREAD Antes IR/CSLL (E - F)	XX
		H) Provisão para IR e CSLL	(X)
		I) SPREAD Líquido (G - H)	XX

Fonte: FIPECAFI (2004).

A receita financeira de aplicação foi obtida pela receita média informada pelos bancos da amostra, considerando os produtos de pessoas físicas e pessoas jurídicas. Dentro dessa conta há uma divisão segregando as receitas em receitas de operações de crédito e receitas de direcionamento. No primeiro grupo encontram-se as receitas das operações de créditos livres e BNDES, ao passo que, no segundo grupo, estão as receitas do crédito imobiliário e do crédito rural.

Já as despesas de captação foram mensuradas considerando a despesa financeira que os bancos incorrem ao captar recursos. Essa conta foi também dividida em outras duas: terceiros e resultado na captação. A conta de terceiros é determinada multiplicando os saldos das operações pela taxa do CDI e a conta de resultado da captação considera a diferença da despesa de captação à taxa do CDI e da taxa média de captação efetivamente ponderada pelo banco. Em suma, a despesa de captação é a diferença da conta de resultado na captação e a conta de terceiros.

É importante destacar que no modelo “[...] as despesas de compulsório foram consideradas iguais às respectivas receitas para anular o efeito das aplicações em compulsório que, de fato, não correspondem às operações de crédito.” (FIPECAFI, 2004, p. 17).

Os impostos indiretos e a inadimplência foram considerados como despesas operacionais diretas. Para mensurar a inadimplência, a FIPECAFI (2004) avaliou que a melhor metodologia seria realizar um cálculo das perdas acumuladas e das recuperações ocorridas no período. Entretanto, a obtenção dessa informação não foi possível e o cálculo da inadimplência foi realizado com base na conta de PDD.

O outro grupo de despesas era designado para as despesas operacionais indiretas. Faziam parte dessa conta as despesas de pessoal e outras despesas administrativas que foram mensuradas através de um modelo desenvolvido pela FIPECAFI²¹.

Tabela 15 - Resultados do *spread* bancário – 2003 – R\$ mil

Consolidado todos os bancos	PF	PJ	PF + PJ
SALDO TOTAL	84.967.173	123.905.083	208.872.255
Saldo do Capital Emprestado	55.057.054	110.866.487	165.923.541
Saldo de Redirecionamento	29.910.118	13.038.596	42.948.714
A. Receita Financeira de Aplicação	30.155.606	27.018.826	57.174.432
Créditos	24.901.061	25.369.284	50.270.345
Direcionamentos	5.254.545	1.649.542	6.904.087
B. Despesa de captação	-8.110.916	-13.545.866	-21.656.782
Terceiros	-19.771.861	-28.832.713	-48.604.574
Resultado na captação	11.660.945	15.286.847	26.947.792
C. <i>Spread</i> Bruto (A - B)	22.044.690	13.472.960	35.517.650
D. Despesas Operac. Diretas	-8.280.403	-5.344.782	-13.625.185
Impostos s/ Operações	-1.342.905	-661.818	-2.004.724
Inadimplência	-6.937.498	-4.682.964	-11.620.461
Outras	0	0	0
E. <i>Spread</i> Direto (C - D)	13.764.287	8.128.178	21.892.465
F. Despesas Operac. Indiretas	-8.639.115	-7.375.035	-16.014.150
G. <i>Spread</i> antes IR/CSLL (E - F)	5.125.172	753.143	5.878.315
IR/CSLL	-1.742.559	-256.068	-1.998.627
H. <i>Spread</i> Líquido	3.382.613	497.075	3.879.688
ESTRUTURA DO RESULTADO	PF	PJ	PF + PJ
A. Receita Financeira de Aplicação	100,00%	100,00%	100,00%
B. Despesa de captação	-26,90%	-50,13%	-37,88%
<i>Spread</i> Bruto (A - B)	73,10%	49,87%	62,12%
<i>Spread</i> Direto (C - D)	45,64%	30,08%	38,29%
<i>Spread</i> Líquido	11,22%	1,84%	6,79%
SPREADS	PF	PJ	PF + PJ
A. Receita Financeira de Aplicação	35,49%	21,81%	27,37%
B. Despesa de captação	-9,55%	-10,93%	-10,37%
<i>Spread</i> Bruto (A - B)	25,94%	10,88%	17,00%
<i>Spread</i> Direto (C - D)	16,20%	6,56%	10,48%
<i>Spread</i> Líquido	3,98%	0,40%	1,86%

Fonte: FIPECAFI (2004).

²¹ O modelo para estimação das despesas operacionais indiretas consta no Anexo I de FIPECAFI (2004).

A tabela 15 apresenta os resultados obtidos no estudo, mostrando os valores do *spread* em termos nominais, proporcionais a receita de aplicação financeira e pontos percentuais.

FIPECAFI (2004) destaca que o *spread* é superior para as operações de pessoas físicas nos três métodos calculados, apesar do saldo total de créditos para as pessoas jurídicas ser maior, R\$ 123.905.083 de um total de R\$ 208.872.255. Isso mostra que as taxas cobradas nas operações de pessoa jurídica são inferiores às taxas das operações de pessoa física, uma vez que o custo de captação é semelhante nos dois tipos de tomador. Conforme o quadro 1 a receita de aplicação para as pessoas físicas foi de 35,49% a.a., valor que alcançou 21,81% a.a. para as pessoas jurídicas.

Conseqüentemente, o *spread* implica em valores superiores nas operações de pessoa física, atingindo um valor bruto de 25,94% a.a. frente à 10,88% a.a. para o outro tipo de tomador.

Quanto aos demais componentes da estrutura do *spread*, as despesas operacionais indiretas representaram o maior valor nominal frente ao *spread* bruto, R\$ 16.014.150. O segundo componente mais representativo é a inadimplência, com R\$ 11.620.461. Proporcionalmente o valor de inadimplência sobre o *spread* bruto é semelhante para ambos os tipos de tomador, 31,4% para as pessoas físicas e 34,7% para as pessoas jurídicas. No entanto as despesas operacionais indiretas são maiores para as pessoas jurídicas, 54,7% do *spread* bruto frente 39,1% das pessoas físicas.

FIPECAFI (2004) no final do seu estudo fez algumas ponderações sobre limitações encontradas nos resultados. Não foram considerados os efeitos da inflação nos valores do *spread*, sendo esses valores dados como nominais e não reais.

Há também uma diferenciação nos custos de *funding* das operações. Quanto a isso, FIPECAFI (2004, p. 21) menciona que:

O caixa dos bancos é único, não ocorrendo à identificação (“casamento”) do dinheiro. Dessa forma, não é possível identificar-se o *funding* diretamente com a operação. No desenvolvimento do trabalho, priorizou-se a utilização da taxa média do caixa único do banco, identificando-se apenas os custos de *funding* do crédito rural e dos repasses do BNDES.

Por fim, a instituição também considerou a respeito do rateio das despesas operacionais indiretas. Segundo FIPECAFI (2004), não existe uma forma de ratear 100,00% essas despesas para os produtos, fazendo com que o *spread* líquido apresente certa parcela de subjetividade. Entretanto, os pesquisadores do estudo consideram que essa parcela de subjetividade é mínima e não invalida as conclusões do estudo.

4.2 Apuração do *spread* da indústria bancária – 2006

Em 2006 a FIPECAFI realizou um novo estudo para apurar os valores de *spread* bancário no Brasil. Nesse novo trabalho foram realizadas algumas alterações metodológicas buscando maior assertividade das informações finais. No entanto, essas alterações prejudicam uma eventual comparação entre os resultados dos dois estudos.

O número da amostra neste novo trabalho aumentou para onze bancos, que englobavam instituições públicas, privadas de grande porte e de pequeno porte e estrangeiras. FIPECAFI (2006) não informa os bancos utilizados, mas informa que o total da amostra representa 75,8% do total de ativos do setor bancário e 76,4% do total do crédito fornecido pelo mesmo setor.

Houve um aumento do número de produtos financeiros utilizados para os dois tipos de tomador. Considerando essa nova listagem de produtos e os bancos da amostra, o valor de crédito tomado para as pessoas jurídicas correspondia a 68,8% do total de crédito do SFN e 66,5% desse mesmo total para as pessoas físicas. Neste estudo foram utilizados os seguintes produtos:

- a) **pessoa jurídica:** capital de giro, conta garantida, aquisição de bens, *vendor*, *hot money*, desconto de duplicata, desconto de promissória, financiamento imobiliário, ACC, *export notes*, crédito imobiliário, rural obrigatório, repasses BNDES, micro crédito, *finame*, Resolução CMN 2770/2000 (antiga resolução 63) e outros; e
- b) **pessoa física:** cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, financiamento imobiliário, aquisição de bens – veículos, aquisição de bens – outros, crédito imobiliário, rural obrigatório, micro crédito e outros.

Na estimação dos componentes da estrutura do *spread* foi realizada uma atualização metodológica no cálculo das despesas diretas e das despesas operacionais. As despesas diretas além de considerarem as despesas dos impostos sobre a receita e as despesas de PDD passaram a considerar também as despesas com o Fundo Garantidor de Crédito. Na apuração das despesas operacionais “a atribuição dessas despesas ao resultado do crédito foi feita com base nos percentuais informados pelos bancos que eles próprios consideram para alocá-las a essa atividade, informados na pesquisa.” (FIPECAFI, 2006, p.13).

A apresentação do *spread* se manteve a mesma em relação ao ano de 2004, considerando as três formas calculadas: *spread* bruto, *spread* direto e *spread* líquido. Os demais componentes não tiveram seu cálculo alterado.

Tabela 16 - Resultados do *spread* bancário – primeiro semestre de 2005 – em R\$ milhões

Consolidado todos os bancos	PF	PJ	PF + PJ
SALDO MÉDIO DO CAPITAL EMPRESTADO	139.609	159.845	299.454
A. Receitas de Operações de Crédito	22.980	15.002	37.982
B. Despesas de Captação	-6.812	-7.614	-14.426
Custo do CDI	-12.459	-14.265	-26.724
Ganho na Captação	5.647	6.651	12.298
C. <i>Spread</i> Bruto (A - B)	16.168	7.388	23.556
D. Despesas Diretas	-5.601	-2.205	-7.806
Impostos diretos	-752	-344	-1.096
Devedores Duvidosos	-4.588	-1.665	-6.253
Fundo Garantidor de Crédito	-261	-196	-457
E. <i>Spread</i> Direto (C - D)	10.567	5.183	15.750
F. Despesas Operacionais			0
Pessoal e Outras Despesas Operacionais	-7.102	-3.969	-11.071
G. <i>Spread</i> antes IR/CSLL	3.465	1.214	4.679
H – Imposto de Renda e Contr. Social	-1.178	-413	-1.591
I. <i>Spread</i> Líquido	2.287	801	3.088
ESTRUTURA DO RESULTADO	PF	PJ	PF + PJ
A. Receita de Aplicação Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
B. Despesas de Captação	-29,64%	-50,75%	-37,98%
<i>Spread</i> Bruto (A - B)	70,36%	49,25%	62,02%
<i>Spread</i> Direto (C - D)	45,98%	34,55%	41,47%
<i>Spread</i> Líquido	9,95%	5,34%	8,13%
SPREADS	PF	PJ	PF + PJ
A. Receita de Aplicação Financeira	16,46%	9,39%	12,68%
B. Despesas de Captação	-4,88%	-4,76%	-4,82%
<i>Spread</i> Bruto (A - B)	11,58%	4,62%	7,87%
<i>Spread</i> Direto (C - D)	7,57%	3,24%	5,26%
<i>Spread</i> Líquido	1,64%	0,50%	1,03%

Fonte: Adaptado de FIPECAFI (2006).

A tabela 16 mostra os resultados do estudo de 2006, que tiveram como base o período do primeiro semestre de 2005. O *spread* das operações das pessoas físicas continuou bastante superior ao *spread* cobrado das pessoas jurídicas nas três visões calculadas. O *spread* bruto foi de 7,87%, sendo 11,58% referente as pessoas físicas e 3,24% para as pessoas jurídicas.

As despesas operacionais e a inadimplência também apresentaram maior representatividade em 2006, com valores nominais de R\$ 11.071 milhões e R\$ 6.253 milhões, respectivamente. Todavia, proporcionalmente ao *spread* bruto, a

inadimplência foi superior para as pessoas físicas (28,3%) em relação às pessoas jurídicas (22,5%).

Uma limitação que surgiu neste estudo foi referente à comparabilidade do *spread* líquido nos dois trabalhos. Segundo FIPECAFI (2006, p. 16):

Em decorrência da utilização de percentuais informados pelos bancos para alocação das despesas indiretas (pessoal e outras operacionais), este trabalho referente ao 1º semestre de 2005 tem a comparabilidade do *spread* líquido prejudicada em relação ao trabalho referente ao exercício de 2003, no qual foram utilizados outros percentuais.

Por fim, assim como em 2004, FIPECAFI (2006) apontou que o *spread* foi calculado sem os efeitos da inflação e o *spread* líquido assume certo grau de subjetividade por conta da estimação das despesas operacionais. A distinção do custo de *fundings* foi feita somente para os créditos direcionados e para os depósitos compulsórios, sendo o restante calculado através da taxa média de captação.

5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Após a revisão dos estudos selecionados para investigar a composição da estrutura do *spread* bancário brasileiro, cabe realizar uma breve comparação para analisar seus principais pontos.

O trabalho do BCB possui um caráter pioneiro na abordagem da estrutura do *spread* bancário no Brasil. Foram apresentados todos os estudos disponíveis até a data desta monografia, sendo possível assim verificar a sua evolução. A primeira metodologia de BCB (1999) estimou os seguintes componentes para o *spread* bancário: a inadimplência (35,0%), a despesa administrativa (22,0%), o lucro do banco (18,0%), os impostos indiretos (14,05) e o IR/CSLL (11,0%).

BCB realizou atualizações metodológicas nos anos de 2000, 2004, 2005, 2006 e 2008, sempre buscando maneiras de aperfeiçoá-la. Na última decomposição realizada para o *spread* bancário prefixado total em 2010, os componentes que explicavam o indicador eram: margem líquida, erros e omissões (32,72%), inadimplência (28,74%), impostos diretos (21,89%), custo administrativo (12,56%) e a parcela de compulsório + subsídios cruzados + encargos fiscais e FGC (4,09%).

O trabalho da FIPECAFI foi realizado para os anos de 2004 e 2006, analisando o ano de 2003 e o primeiro semestre de 2005, respectivamente. Os componentes que explicam o *spread* bruto no trabalho de 2006 foram: despesas operacionais (47,0%), devedores duvidosos (26,55%), *spread* líquido (13,11%), IR/CSLL (6,75%), impostos diretos (4,65%) e FGC (1,94%).

A comparação direta dos resultados dos estudos pode levar a interpretações equivocadas, pois existem diferenças que devem ser levadas em consideração, tais como amostra, período de apuração e origem das informações. Nesse sentido, Leal (2006) sugere que embora essas limitações não impossibilitem uma comparação entre os estudos, ela deve ser feita de uma maneira a obter conclusões mais gerais.

A abrangência da amostra é divergente para BCB e FIPECAFI em dois aspectos: o número de bancos considerados e a diversidade de modalidades de crédito utilizadas.

BCB (1999) utilizou 17 grandes bancos privados em seu trabalho inicial, sendo criticado por Costa (2004). Ainda que esses bancos representassem cerca de 70% do crédito concedido pelo setor privado, o aumento da amostra ocorrido em 2004 gerou resultados diferentes, onde os bancos da amostra inicial possuíam uma margem líquida maior e valores de inadimplência e despesas administrativas menores.

A FIPECAFI utilizou uma amostra ainda menor que BCB (1999) e alegou uma justificativa semelhante, dizendo que os bancos considerados eram representativos tanto no volume de crédito total, tanto no valor do ativo total. O que pode justificar o tamanho dessa amostra é a forma de apuração das informações para o trabalho da instituição, que solicitou questionários aos executivos dos bancos além de utilizar informações contábeis.

Em BCB (2008) foi realizado um cálculo do *spread* para os maiores bancos do sistema financeiro, através de uma amostra de 12 bancos que passou para 8 bancos no ano seguinte. A conclusão dessa segregação é de que os maiores bancos possuem uma composição do *spread* similar ao total dos bancos do sistema financeiro. Porém, essa segregação não foi realizada em FIPECAFI e nem antes de 2008 para o BCB, não sendo possível assumir que os resultados também seriam similares.

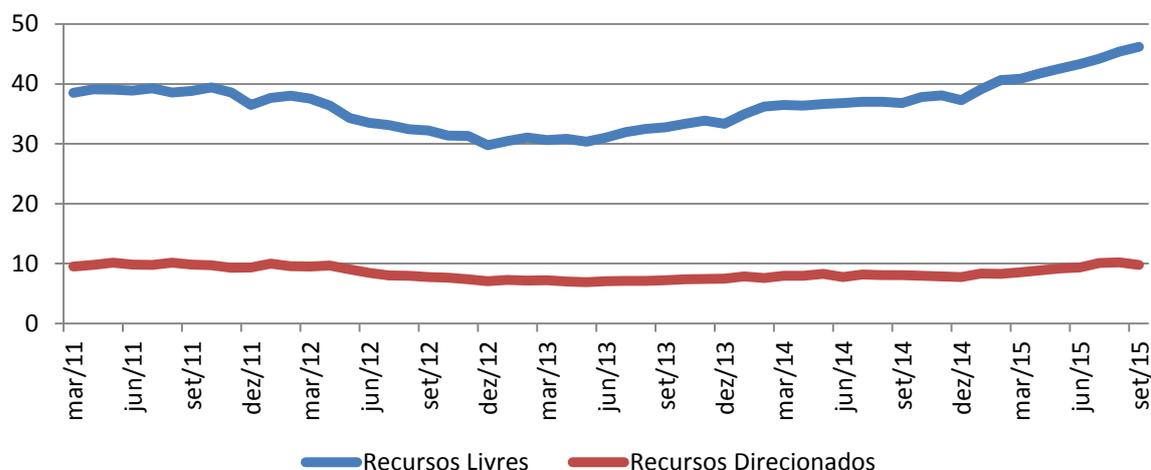
As modalidades dos estudos também são divergentes e podem levar a distorções adicionais nos resultados. Em todos os estudos do BCB as modalidades de crédito consideradas englobam o segmento de créditos livres²². A FIPECAFI além de utilizar produtos que fazem parte desse segmento, considerou no seu estudo alguns produtos que fazem parte dos créditos direcionados²³.

Os produtos de crédito imobiliário, rural obrigatório e repasses do BNDES presentes no estudo da FIPECAFI possuem uma taxa de juros subsidiada, que é menor que a taxa dos produtos que correspondem ao segmento livre.

²² Crédito livre é referente a operações que são pactuadas diretamente entre o mutuário e o banco.

²³ Crédito direcionado é destinado para a produção e investimento, nos setores rurais, habitacional e infraestrutura.

Gráfico 6 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres e recursos direcionados – Total (% a.a.) – mar/11 a set/15



Fonte: Banco Central do Brasil (2015). Elaboração própria.

Nota: a informação para recursos direcionados só estava disponível a partir de mar/2011.

O gráfico 6 apresenta a evolução das taxas médias de juros dos dois segmentos mencionados, onde as taxas de recursos livres são visivelmente superiores e mais voláteis do que as taxas direcionadas. Portanto, essa característica pode ter impactado os resultados dos trabalhos.

A origem das informações, sendo a visão *ex-ante* para o BCB e *ex-post* para a FIPECAFI também é um ponto importante. O BCB utiliza desde 2000 para a taxa de aplicação as informações diárias das operações bancárias e para a taxa de captação, desde 2008, as taxas efetivas dos depósitos e da poupança.

A FIPECAFI ao utilizar uma visão *ex-post* das taxas de aplicação e captação, considera os valores de receita e despesas de aplicações financeiras advindas da atividade de intermediação. Quanto a isso, Leal (2006, p. 115) comenta que:

Em relação ao conteúdo do *spread* ex-post, observa-se que a despesa de captação e a receita por operação apresentam especificidades quando calculadas a partir dos dados contábeis. A despesa de captação por operação, quando calculada a partir da despesa efetivamente realizada tende a ser menor que o CDB, e implica em menor taxa de desconto para o cálculo do *spread* ex-post. FIPECAFI (2004 e 2005) denominam de resultado da captação este ganho através da captação com taxas inferiores às de mercado, referente aos depósitos de remuneração nula ou menor que o CDB. A consideração das despesas efetivas de captação implica em menor taxa de desconto sobre as taxas de empréstimo, resultando em maior medida do *spread* ex-post em relação ao *spread* ex-ante atualmente calculado pelo BCB. de crédito, o que deve aumentar a transparência e estimular a concorrência no mercado de crédito doméstico.

A metodologia empregada em cada estudo é bastante distinta, apesar de ambas analisarem a estrutura do *spread*. Contudo, algumas características justamente quanto à composição do indicador são semelhantes em ambos os trabalhos.

Tabela 17- Comparação entre os componentes do *spread* de BCB e FIPECAFI (%) – 2003 a 2005

ESTUDO BCB	2003	2004	2005
<i>Spread</i> Total	100,0%	100,0%	100,0%
Custo Administrativo	25,5%	23,7%	22,4%
Inadimplência	34,5%	28,8%	33,1%
Compulsório + Subsídio Cruzado	7,1%	5,7%	4,3%
Encargos fiscais e FGC	4,6%	4,7%	4,5%
Impostos diretos	10,4%	12,8%	12,2%
Margem líquida, erros e omissões	17,8%	24,4%	23,4%
ESTUDO FIPECAFI	2003	2005/1	
<i>SPREAD</i> BRUTO	100,0%	100,0%	
Impostos diretos	5,6%	4,7%	
Devedores Duvidosos	32,7%	26,5%	
Fundo Garantidor de Crédito	-	1,9%	
Despesas Operacionais	45,1%	47,0%	
IR/CSLL	5,6%	6,8%	
<i>SPREAD</i> LÍQUIDO	10,9%	13,1%	

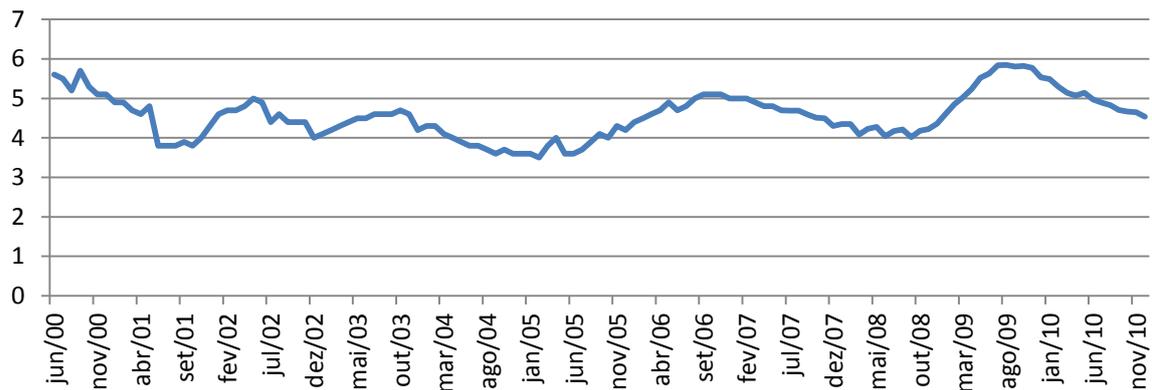
Fonte: BCB (2009), FIPECAFI (2004) e FIPECAFI (2006). Elaboração própria.

A tabela 17 apresenta uma comparação entre os valores dos componentes proporcionalmente entre o *spread* total para BCB e para o *spread* bruto em FIPECAFI. Considerando o mesmo período de análise, os componentes de destaque em ambos os trabalhos são os mesmos: 1) custo administrativo; 2) inadimplência; e 3) margem líquida. “Sendo assim, é possível argumentar que os destaques de participação das estimativas do BCB (*spread ex-ante*) não são invalidados pelas estimativas puramente contábeis (*spread ex-post*).” (LEAL, 2006, p. 114).

No estudo da FIPECAFI é fácil perceber que as despesas operacionais possuem maior participação na composição do *spread* bruto, seguida pela inadimplência e pelo valor de *spread* líquido. Considerando o mesmo período, BCB estimou a inadimplência como fator principal responsável para explicar o *spread* bancário, seguido da margem líquida e do custo administrativo.

A inadimplência representou desde 1999 um fator importante na composição do *spread*, sendo inclusive apontada como uma das causas do elevado valor do indicador no diagnóstico realizado naquele estudo. Ao longo do PJSB esse fator oscilou sua participação no *spread*, mantendo sempre patamares elevados, ainda que medidas para evitar os problemas de assimetria de informação e a instituição do crédito consignado tenham sido implementadas.

Gráfico 7 - Inadimplência acima de 90 dias de recursos livres Brasil (% a.m.) – jun/00 a set/15



Fonte: Banco Central do Brasil (2015). Elaboração própria.

O gráfico 7 mostra que a evolução da inadimplência na economia também oscilou no período em que o *spread* prefixado total foi calculado por BCB. Para BCB (1999, p. 8):

O risco de crédito tem sido um fator determinante do elevado custo das operações de empréstimo, o que também explica a dificuldade ou mesmo a não concessão de empréstimos pelos bancos. Quando fazem operações de crédito, os bancos querem ter a certeza de receber de volta os valores emprestados, mais os juros pactuados, pois os intermediários financeiros têm obrigações para com os seus depositantes. Como essa certeza não existe, mesmo para clientes de primeira linha, os bancos sempre cobram um adicional a título de risco de crédito, ou seja, um valor associado à probabilidade de não receber o valor emprestado.

Portanto, se os bancos projetam um aumento da inadimplência, é esperado que ocorra também um aumento no *spread* bancário.

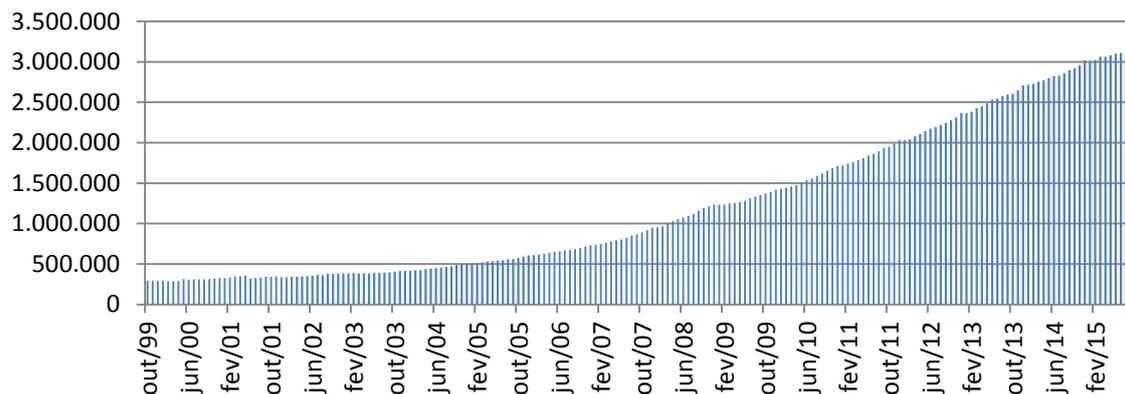
O custo administrativo é mais relevante no trabalho da FIPECAFI, representando quase a metade do *spread* bruto para 2006 (despesas operacionais de 47,0%). Em BCB o valor desse componente apresentou queda até 2010, perdendo participação na composição do *spread* para os impostos diretos. A partir

de 2011, sua participação é nula na composição do *spread* da TPB, onde assume valor zero para os clientes preferenciais.

No diagnóstico de BCB (1999), o baixo nível de alavancagem seria um dos motivos para o elevado nível do *spread*. Incorporando essa visão e acrescentando outros fatores, para Oliveira e Carvalho (2007, p. 388):

[...] pode-se inferir que não obstante a queda substancial desses custos em relação aos níveis observados logo após o Plano Real, reflexo do processo de redimensionamento do setor ocorrido após a queda da alta inflação, o alto número de agências bancárias ainda existentes e a baixa alavancagem das operações de empréstimos no país tornam as despesas administrativas dos bancos no Brasil bem mais elevadas que o verificado no sistema bancário de países desenvolvidos.

Gráfico 8 - Saldo da carteira de crédito total no Brasil – em R\$ milhões – out/99 a set/15



Fonte: Banco Central do Brasil (2015). Elaboração própria.

A evolução do saldo da carteira de crédito total no Brasil ajuda a ratificar a ideia de que o custo administrativo reduz quando a alavancagem dos bancos aumenta. Além disso, Barone (2011) destaca o uso de correspondentes bancários e a difusão do *internet banking* como fatores que também ajudam a diminuir tais custos.

O componente de margem líquida também foi relevante nos dois estudos, representando 13,1% (*spread* líquido) para FIPECAFI (2006) e 23,4% para BCB (2005). A evolução desse componente é crescente em BCB, sendo que na última apuração do *spread* total representou em média 30,0% da composição do indicador.

A FIPECAFI considera em seus estudos que a parcela do *spread* líquido, equivalente à margem líquida, possui certo grau de subjetividade devido ao rateio das despesas operacionais. Em BCB, esse componente é calculado como resíduo, ou seja, a participação dos outros componentes é calculada e subtraída do *spread* total.

Afonso, Köhler e Freitas (2009) consideram que essa parcela é formada por três fatores: o lucro competitivo que é a remuneração do banco atuando em regime de concorrência perfeita, a renda econômica advinda do poder de mercado exercido pelo banco e um prêmio pelo risco devido à probabilidade de não receber o valor emprestado. Portanto, conforme Nakane (2003) essa parcela não deve ser confundida com o lucro do banco, uma vez que incorpora outras variáveis não incluídas na decomposição do *spread*.

É importante comentar também que durante a evolução da composição do *spread* bancário calculado por BCB, o componente de impostos diretos assumiu participação relevante no indicador. Desde 2008 esse componente passou a ter mais representatividade que os custos administrativos, correspondendo ao terceiro maior fator explicativo do *spread* bancário.

Para Oliveira e Carvalho (2007), a tributação direta (IR e CSLL) é alvo de questionamento, uma vez que não é uma tributação exclusiva para empresas financeiras e incide sobre os rendimentos auferidos. Consequentemente, está ligada a apuração da inadimplência e do custo administrativo, fator que pode explicar o maior aumento da margem bruta e por consequência da participação dos impostos diretos.

Uma última comparação que pode ser feita é relativa à segregação do *spread* bancário para pessoas físicas e pessoas jurídicas. A FIPECAFI realizou em seus dois estudos essa distinção, enquanto que o BCB realizou apenas para o ano de 1999.

Contudo, os resultados na abertura por tipo de tomador indicam que os valores de *spread* são superiores para as pessoas físicas. Esse valor seria justificado, conforme Leal (2006, p. 117) por “[...] maiores taxas por operação de despesa operacional, de impostos e de provisão para inadimplência”. O autor

também pondera que no segmento pessoa física os bancos conseguem exercer um maior poder de mercado, realizando um maior número de operações e de valor menos expressivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou descrever a estrutura do *spread* bancário brasileiro, através da apresentação dos estudos Projeto Juros e *Spread* bancário do Banco Central do Brasil e Apuração do *Spread* da Indústria Bancária da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.

O *spread* bancário é formado através da interação dos agentes econômicos, durante o processo de intermediação financeira. Os intermediários financeiros atuam de forma a viabilizar o encontro entre os recursos dos agentes superavitários e dos agentes deficitários, minimizando assim os custos de transação desse processo e a existência de informação assimétrica. Esses dois fatores podem onerar o custo da intermediação financeira, sendo repassados para os tomadores de créditos e refletindo em um maior valor de *spread* bancário.

A evolução do estudo do BCB indica que houve uma redução do *spread* bancário prefixado total no Brasil no período de 1999 a 2010, resultado de condições macroeconômicas mais favoráveis e também das medidas implementadas pela instituição. A decomposição do *spread* bancário mostra que as despesas administrativas e o componente que compreende os compulsórios, subsídio cruzado, encargos fiscais e FGC apresentam uma tendência de redução. Em contrapartida, a inadimplência continuou em níveis elevados, mostrando que os bancos sempre buscaram se resguardar em relação a prováveis perdas. Os impostos diretos também apresentaram valores elevados, em decorrência de uma margem bruta também elevada.

A partir de 2011, o BCB realizou a estimativa dos componentes do *spread* somente para os clientes preferenciais. Até 2013, ano da última mensuração realizada, mais de 90,0% do *spread* para os clientes preferenciais era explicado pela inadimplência, impostos diretos e margem líquida.

O BCB também implementou diversas medidas com o intuito de redução das taxas de juros e do *spread* bancário. Atuando para elevar a concorrência dos bancos, aumentar a transparência das informações e fortalecer o ambiente institucional, contribuiu para o desenvolvimento e expansão do mercado de crédito

brasileiro. Dessa forma, essas medidas ajudam a mitigar a existência de seleção adversa e risco moral, viabilizando o processo de intermediação financeira.

No estudo da FIPECAFI, a decomposição apontou uma participação elevada para as despesas operacionais, que representaram quase a metade da composição do *spread* bruto. Em segundo plano, a instituição destaca os devedores duvidosos e o *spread* líquido como componentes relevantes para o *spread* bruto. A FIPECAFI buscou com este estudo mostrar que o *spread* deve ser considerado a partir de uma visão líquida, apropriando assim durante o processo de intermediação os componentes citados acima, além de tributação e FGC. Essa é uma visão que mostra que o resultado dos intermediários financeiros não é meramente uma diferenciação de taxas.

Os trabalhos possuem diferenças metodológicas significativas, como a abrangência da amostra utilizada, a origem das informações e o período de análise. Uma comparação direta não seria recomendável nesse caso, mas uma visão mais geral entre os dois estudos permite verificar que historicamente os componentes de despesas administrativas, inadimplência e margem líquida explicam a estrutura do *spread* bancário brasileiro.

Aparentemente o BCB perdeu interesse em apurar a estimação dos componentes do *spread* bancário, pois desde 2008 não realiza uma atualização metodológica e desde 2011 calcula os componentes somente para os clientes preferenciais. Entretanto, a evolução dos componentes para o *spread* prefixado total (calculado até 2010) e para a TPB (calculado a partir de 2011) indica uma participação elevada da inadimplência e da margem líquida, fatores que também tem destaque no estudo da FIPECAFI. Segundo o próprio BCB, ainda há espaço para uma redução do *spread* bancário. Portanto, além de uma conjuntura econômica favorável, é recomendável que o governo continue atuando para minimizar os efeitos da inadimplência e continue incentivando a concorrência entre as instituições, para que assim exista um ambiente propício à redução do indicador.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R.; KÖHLER, M. A.; FREITAS, P. S. de. **Evolução e Determinantes do Spread Bancário no Brasil**. Brasília: Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal, 2009. (Texto para Discussão, 61).

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Juros e spread bancário no Brasil**. Brasília, 1999. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2000. Avaliação de um ano do projeto de juros e spread bancário**. Brasília, 2000. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread12000.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2001. Avaliação de dois anos do projeto de juros e spread bancário**. Brasília, 2001. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread12001.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2002. Avaliação de três anos do projeto de juros e spread bancário**. Brasília, 2002. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread122002.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2003. Avaliação de quatro anos do projeto de juros e spread bancário**. Brasília, 2003. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2004. Avaliação de cinco anos do projeto de juros e spread bancário**. Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/Pec/s-pread/port/economia_bancaria_e_credito.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/Pec/s-pread/port/rel_econ_ban_cred.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/Pec/s-pread/port/relatorio_economia_bancaria_credito.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2007.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC2009.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/REBC2010.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC_2011.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2012.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2013.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Acesso ao SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BARONE, F. P. **Determinantes do Spread Bancário no Brasil (1999-2011)**. 2011. Monografia (Bacharelado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000795633>>. Acesso em: 10 out. 2015.

CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: SANTOS, C. A. (Org.). **O Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e Perspectivas**. Brasília: SEBRAE, 2004. p. 17-45. Disponível em: <

http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Sistema%20financeiro%20e%20as%20micro%20e%20pequenas%20empresas_Diagnosticos%20e%20perspectivas.pdf
>. Acesso em: 10 out. 2015.

CARVALHO, F. C. de et al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

COSTA, A. C. A. **Ensaio em microeconomia bancária**. 2004. Tese (Doutorado em Economia) - Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-23112004-110054/pt-br.php> >. Acesso em: 10 out. 2015.

COSTA, A. C. A.; NAKANE, M. I. A decomposição do *spread* bancário no Brasil. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Economia bancária e crédito: avaliação de 5 anos do projeto juros e *spread* bancário**. Brasília, 2004. p. 17- 30. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/economia_bancaria_e_credito.pdf >. Acesso em: 10 out. 2015.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIECAFI. **Estudo sobre a estrutura da taxa de juros no Brasil: apuração do *spread* da indústria bancária**. São Paulo, 2004. Disponível em: < <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/destaque-fiecafi-fev2005.asp> >. Acesso em: 10 out. 2015.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIECAFI. **Estudo sobre a apuração do *spread* da indústria bancária**. São Paulo, 2006. Disponível em: < http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/fiecafi_port_net.pdf >. Acesso em: 10 out. 2015.

LEAL, R. M.. **Estrutura e Determinantes do Spread Bancário no Brasil: uma resenha comparativa da literatura empírica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < <http://luizfernandodepaula.com.br/ups/spread-bancario-dissertacaouerj.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2015.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Economia monetária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MISHKIN, F. S. **Moedas, bancos e mercados financeiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NAKANE, M. I. Concorrência e *spread* bancário: uma revisão da evidência para o Brasil. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Relatório de economia bancária e crédito – 2003**. Avaliação de quatro anos do projeto de juros e *spread* bancário. Brasília, 2003. p. 58-67. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf >. Acesso em: 10 out. 2015.

HILBRECHT, R. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, G. C.; CARVALHO, C. E. O componente “custo de oportunidade” do *spread* bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n.3 (31), p.371-404, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n3/04.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2015.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, J. P. **Gestão e análise de risco de crédito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.